

**Custo do Capital e Competitividade:
Análise de Juros e Spread Bancário**
(inclui informações até janeiro de 2010)

José Ricardo Roriz Coelho

18 de março de 2010



APRESENTAÇÃO

Muito se fala sobre como o aumento do compulsório e de uma eventual elevação da Selic deve afetar o spread bancário e os juros.

Ao investigarmos esses e outros determinantes do spread bancário, concluimos que não há porque o spread acompanhar alta da Selic e menos ainda o aumento do compulsório.

Mostramos também que, como confirmam os resultados do Banco do Brasil, é possível para um banco lucrar mesmo reduzindo o spread em tempo de crise.

Concluimos, portanto, que o aumento do spread não se justifica no atual contexto.

Em síntese, a análise apresentada a seguir revela que:

SÍNTESE

- A crise aparentemente foi superada. Isso porque, após três trimestres de crescimento negativo, o PIB do último trimestre de 2009 cresceu 4,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Além disso, o mercado projeta um crescimento de 5,3% no primeiro trimestre de 2010.
- No entanto, embora as concessões de crédito com recursos livres tenham voltado a crescer, devemos destacar duas diferenças em relação ao pré-crise. Primeira, as concessões em termos reais de janeiro de 2010 ainda estão abaixo das concessões de janeiro de 2007. Segunda, o crédito total em relação ao PIB vem caindo nos últimos meses. O crédito total, que chegou a representar 45,2% do PIB em novembro de 2009, caiu pelo segundo mês consecutivo, para 44,6% do PIB em janeiro de 2010.
- Parte desse comportamento pode ser explicada pelo spread. Esse representa a maior parte dos juros cobrados. Para se ter uma idéia, os juros médios do total das operações em janeiro foram de 35,07 % a.a. e o spread médio foi de 25,07 p.p. Ou seja, a participação de 75,1% nos juros está entre as dez maiores da série.
- É particularmente importante notar que o spread para a pessoa jurídica se vem se mantendo num patamar historicamente elevado mesmo após o fim da crise. Nesse caso, os juros médios em janeiro foram de 26,47 % a.a. e o spread foi de 17,44 p.p., ou seja, 65,9% dos juros cobrados às empresas são spread.

SÍNTESE (cont.)

- **Deve-se tomar cuidado com datas arbitrariamente escolhidas. Por exemplo, comparar o pico do spread em 2003 com seu vale em 2007 leva à conclusão equivocada de que o spread caiu cerca de 30%. A comparação dos valores iniciais em 2000 com os de 2010 mostra queda de 12% para o total das operações mas um aumento de 36% para a pessoa jurídica.**
- **Devemos também comparar o spread, tanto o total quanto o para a pessoa jurídica, com aqueles cobrados em dezembro de 2007. Isso porque, embora oficialmente a crise só tenha chegado ao Brasil em setembro de 2008, o aumento do spread já havia começado nove meses antes.**
- **No momento em que se discute o aumento dos juros em função de um eventual aumento da Selic, devemos notar que historicamente o spread não caiu como ela, que freqüentemente sobe antecipadamente em relação à ela e que está desproporcionalmente alto para a Pessoa Jurídica.**
- **Como observado com o fim da crise, o spread bancário para as operações totais não caiu na mesma proporção que o custo de captação. Já para a pessoa jurídica, a situação é ainda mais difícil. Apesar da queda do custo de captação houve aumento do spread bancário.**

SÍNTESE (cont.)

- **Conclui-se então que não há porque o spread acompanhar um aumento da Selic, o que nos remete à análise dos seus componentes em busca de uma justificativa para um eventual aumento.**
- **Começamos pelo recolhimento compulsório uma vez que sua “normalização” tem sido usada como justificativa para aumentos do spread. Devemos frisar que, segundo o Banco Central, a parcela do spread atribuída ao compulsório é muito pequena, algo em torno de 1,9% em operações pré-fixadas de dezembro de 2008 (pós-crise).**
- **A elevação do compulsório deve retirar R\$ 71 bilhões dos R\$ 100 bilhões liberados durante a crise. Supondo que o enxugamento fosse imediatamente implementado em janeiro, ainda assim, excetuando-se a crise, sua participação no total das operações de crédito totais seria a menor desde 2002.**
- **Com o enxugamento dos R\$ 71 bilhões, o compulsório passaria a representar cerca de 20,2% das operações de crédito totais de dezembro de 2009. Note-se que em 2008 representou de 20,8% e o spread médio foi de apenas 26,6 p.p.**
- **Conclui-se, portanto, que o aumento do compulsório também não justifica aumento do spread bancário.**

SÍNTESE (cont.)

- **Outro componente do spread é a inadimplência. É curioso observar que, do ponto de vista relativo, a inadimplência caiu 37,3% entre 2000 e 2009 mas o spread aumentou 49,3%.**
- **A inadimplência para o total das operações de crédito também atingiu valores maiores que os 3,8% de janeiro durante todos os meses entre junho de 2000 e maio de 2001. Entretanto, mesmo chegando a 5,8% em setembro de 2000, o maior valor do spread durante o período foi de 12,8 p.p. em junho.**
- **Além disso, devemos considerar que a implantação do fundo garantidor de operações – FGO – tende a reduzir a inadimplência a um patamar mais baixo que o de antes da crise.**
- **Conclui-se que a inadimplência deve cair e, portanto, é motivo para a redução e não para aumento do spread bancário.**
- **Por último, devemos considerar a despesa administrativa, a qual tende a diminuir com o crescimento das operações de crédito que tende a gerar novas economias de escala. Devemos lembrar que economias de escala fizeram com que a contribuição das despesas administrativas para o spread caísse de 8,9 p.p. do spread em dezembro de 2003 para 4,7% em dezembro de 2008.**

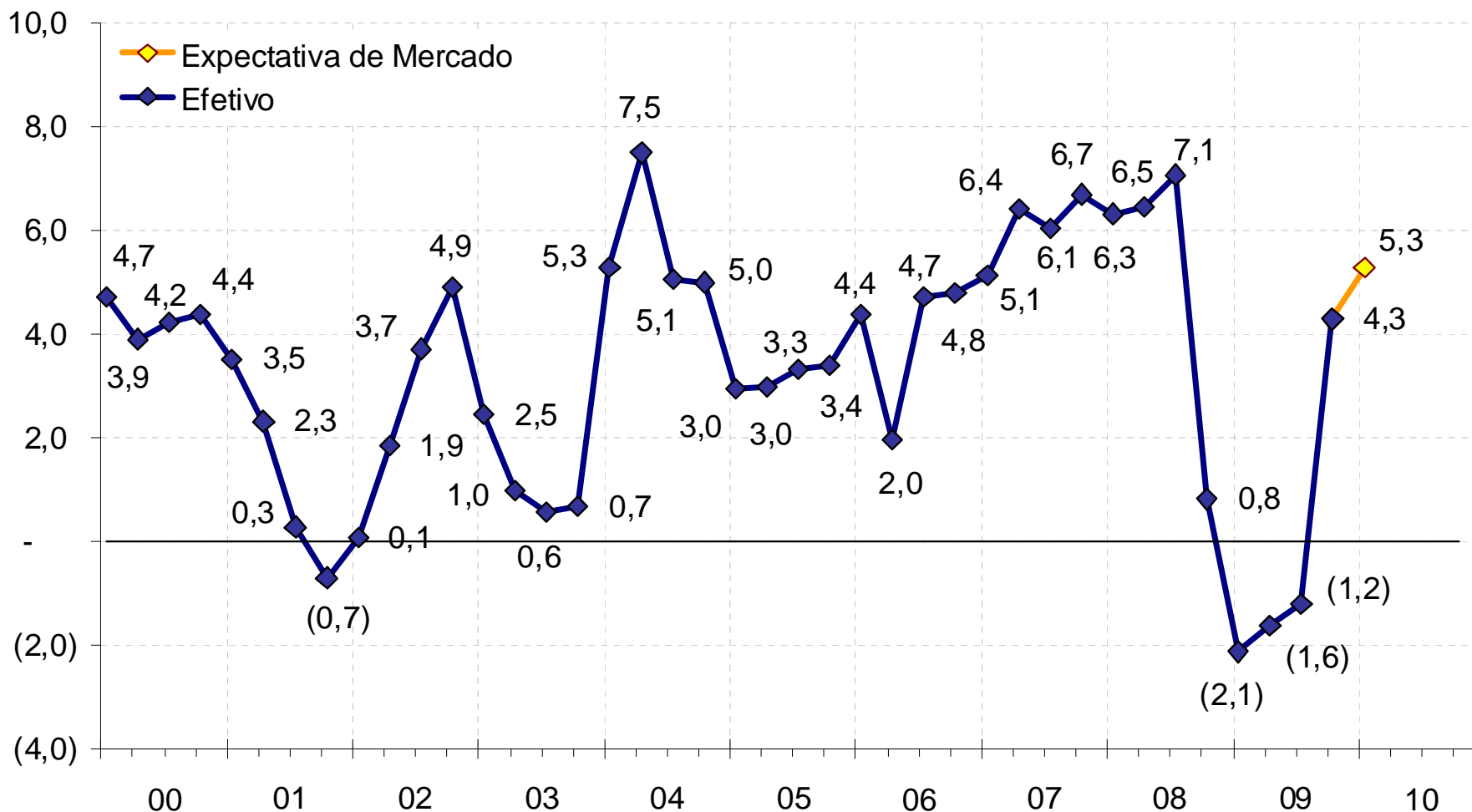
SÍNTESE (cont.)

- **Mas ainda que todos argumentos acima não fossem suficientes, há um difícil de contestar: o resultado que o Banco do Brasil obteve ao baixar seus juros. Esses provam que é possível aumentar o lucro mesmo reduzindo spread e juros.**
- **De uma maneira geral a redução dos juros médios cobrados pelos bancos públicos a partir de janeiro de 2009, aumentou sua diferença em relação àqueles cobrados pelas grandes instituições financeiras privadas, de 26% em outubro de 2008 para 38% em janeiro de 2010.**
- **O mesmo ocorreu em relação aos juros cobrados à pessoa jurídica, para a qual a diferença aumentou de aproximadamente 7%, para 24% no mesmo período.**
- **Isso fez com a participação de mercado dos bancos públicos aumentasse de 24,7% no terceiro trimestre de 2008 para 30,5% no terceiro semestre de 2009. Mais que isso, a expansão da carteira de crédito proporcionou ao Banco do Brasil o maior lucro líquido dentre todas as instituições financeiras em 2009.**
- **Concluí-se, portanto, que o aumento do spread agora não é só injustificável, é um equívoco mesmo para as instituições financeiras.**
- **Propomos, portanto, a continuação do processo de implantação da agenda para a redução do spread, a qual já foi em grande parte elaborada pelo próprio Banco Central.**

A crise aparentemente foi superada. Isso porque, após três trimestres de crescimento negativo, o PIB do último trimestre de 2009 cresceu 4,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Além disso, o mercado projeta um crescimento de 5,3% no primeiro trimestre de 2010.

PIB - Crescimento Trimestral - 2000-10

(em % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior)

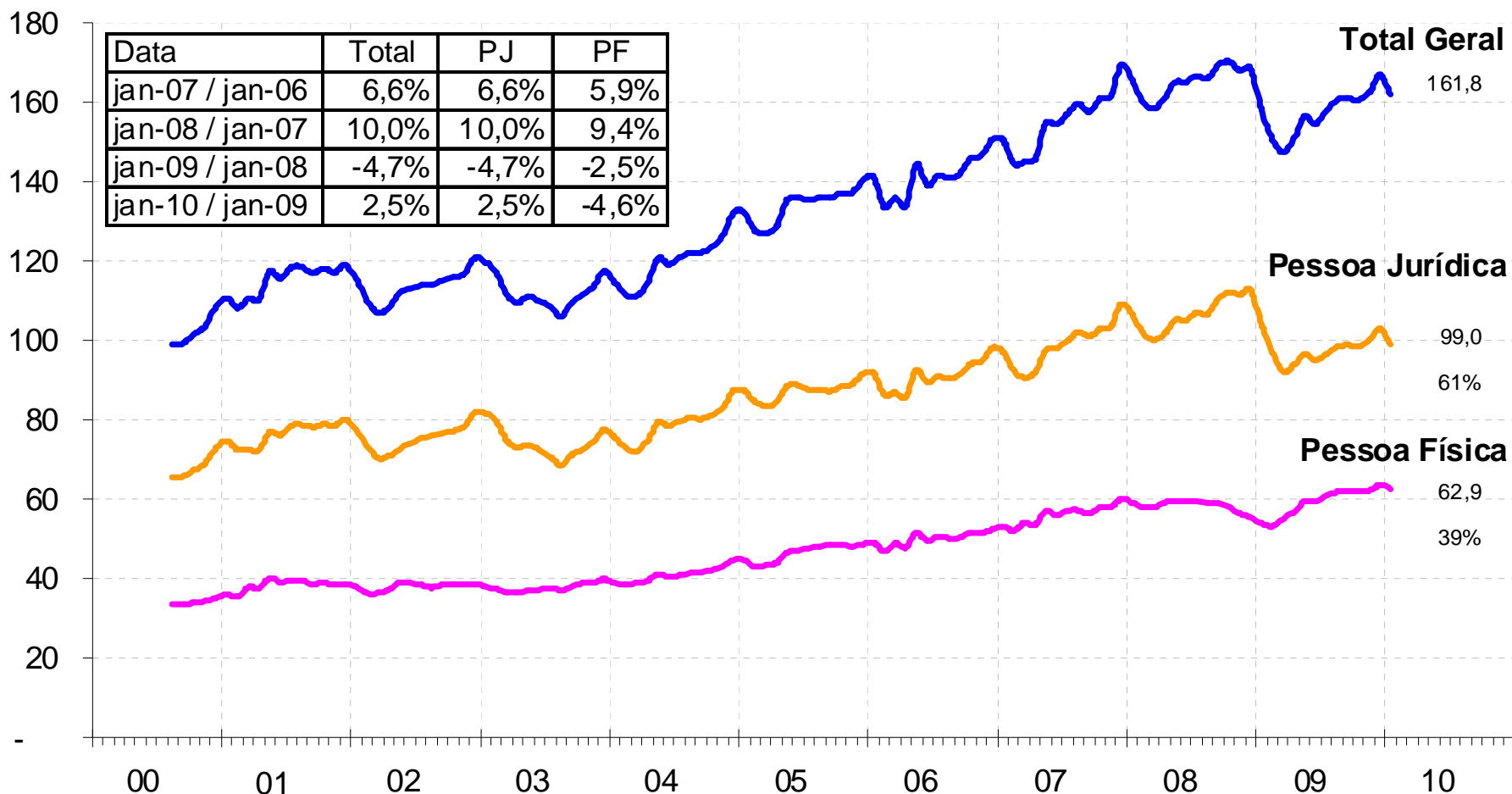




No entanto, embora as concessões de crédito com recursos livres tenham voltado a crescer, devemos destacar duas diferenças em relação ao pré-crise. Primeira, as concessões em termos reais de janeiro de 2010 ainda estão abaixo das concessões de janeiro de 2007.

CONCESSÕES* - Total Geral, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - 2000-10

(em R\$ bilhões correntes de ago-09)



* Concessões consolidadas das operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros.

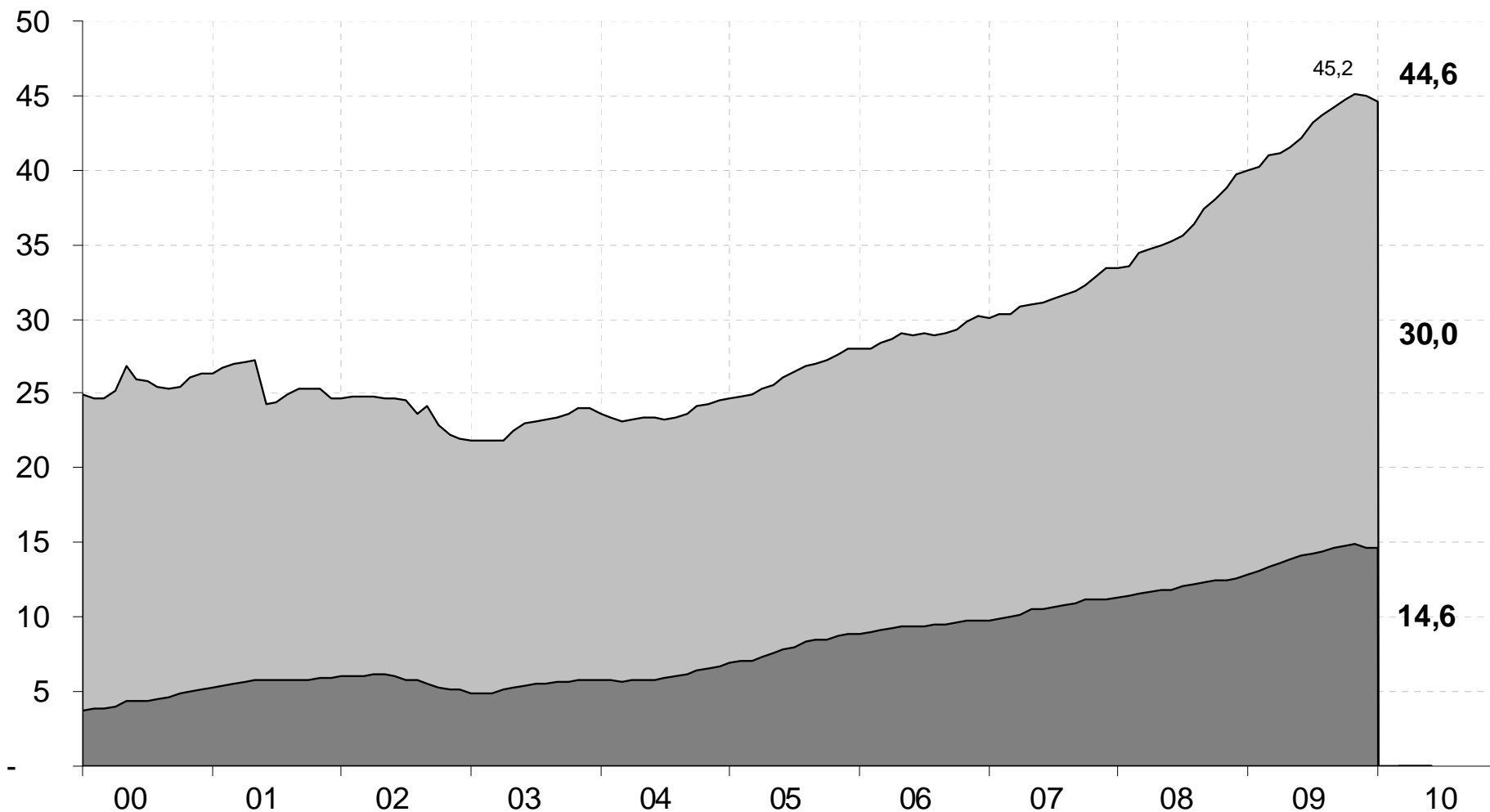
Fonte: Banco Central; elaboração FIESP.



Segunda, o crédito total em relação ao PIB vem caindo nos últimos meses. O crédito total, que chegou a representar 45,2% do PIB em novembro de 2009, caiu pelo segundo mês consecutivo, para 44,6% do PIB em janeiro de 2010.

CRÉDITO - Operações de crédito em Relação ao PIB - 2000-10

(em % do PIB)

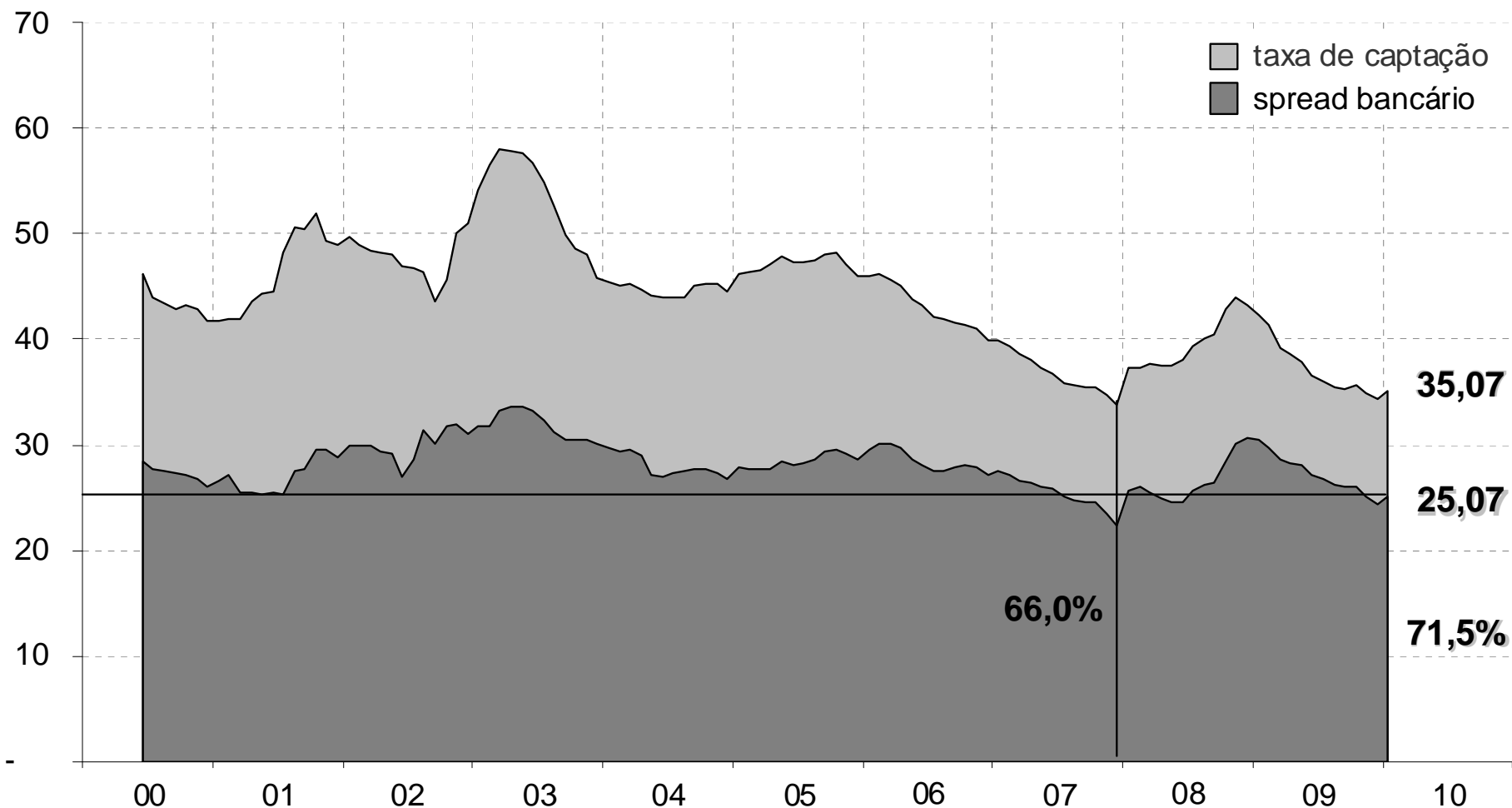




Parte desse comportamento pode ser explicada pelo spread. Esse representa a maior parte dos juros cobrados. Para se ter uma idéia, os juros médios do total das operações em janeiro foram de 35,07 % a.a. e o spread médio foi de 25,07 p.p. Ou seja, a participação de 75,1% nos juros está entre as dez maiores da série.

DECOMPOSIÇÃO DOS JUROS - Total geral - 2000-10

(em % a.a.)

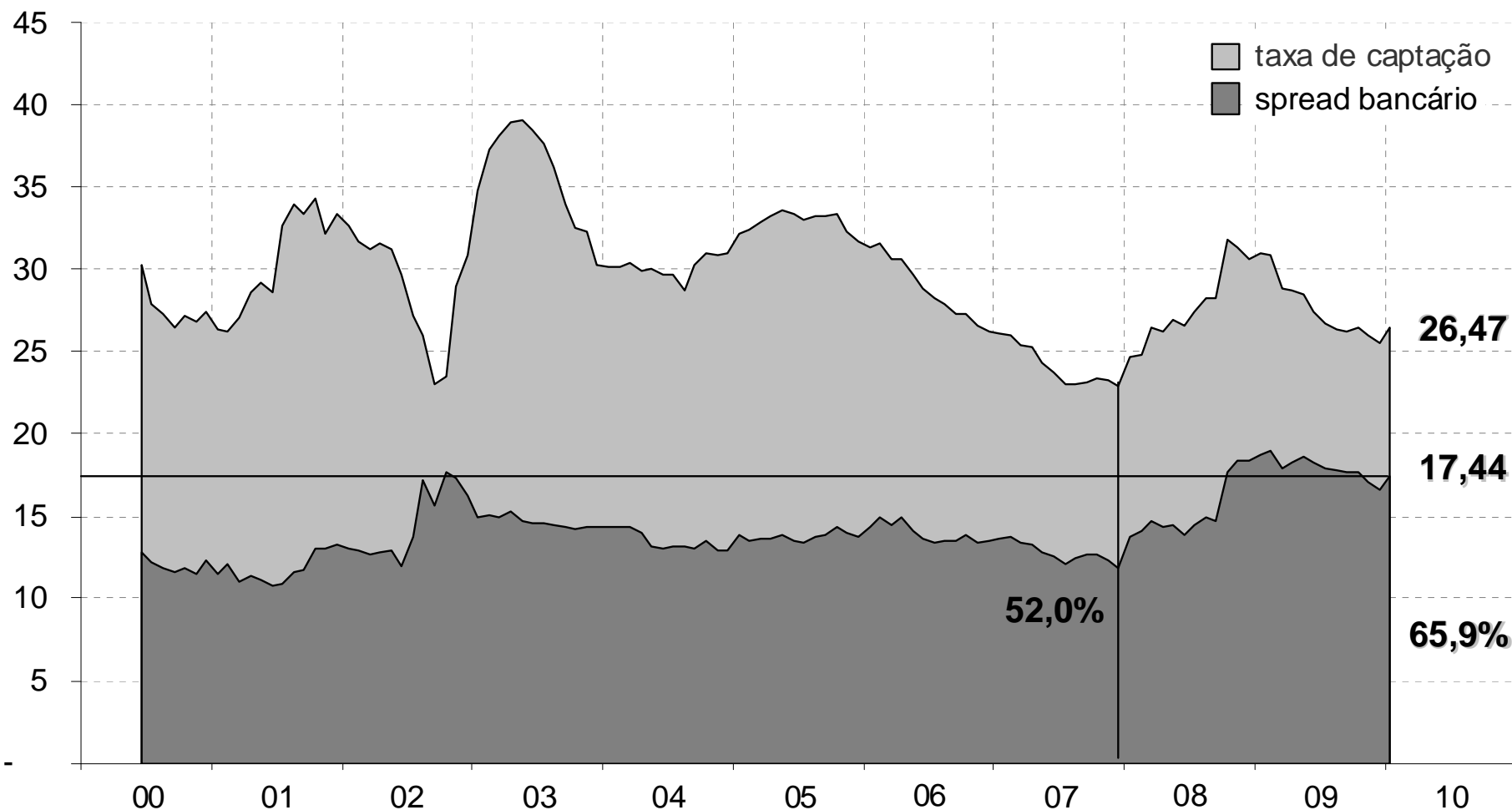




É particularmente importante notar que o spread para a pessoa jurídica se vem se mantendo num patamar historicamente elevado mesmo após o fim da crise. Nesse caso, os juros médios em janeiro foram de 26,47 % a.a. e o spread foi de 17,44 p.p., ou seja, 65,9% dos juros cobrados às empresas são spread.

DECOMPOSIÇÃO DOS JUROS - Total pessoa jurídica - 2000-10

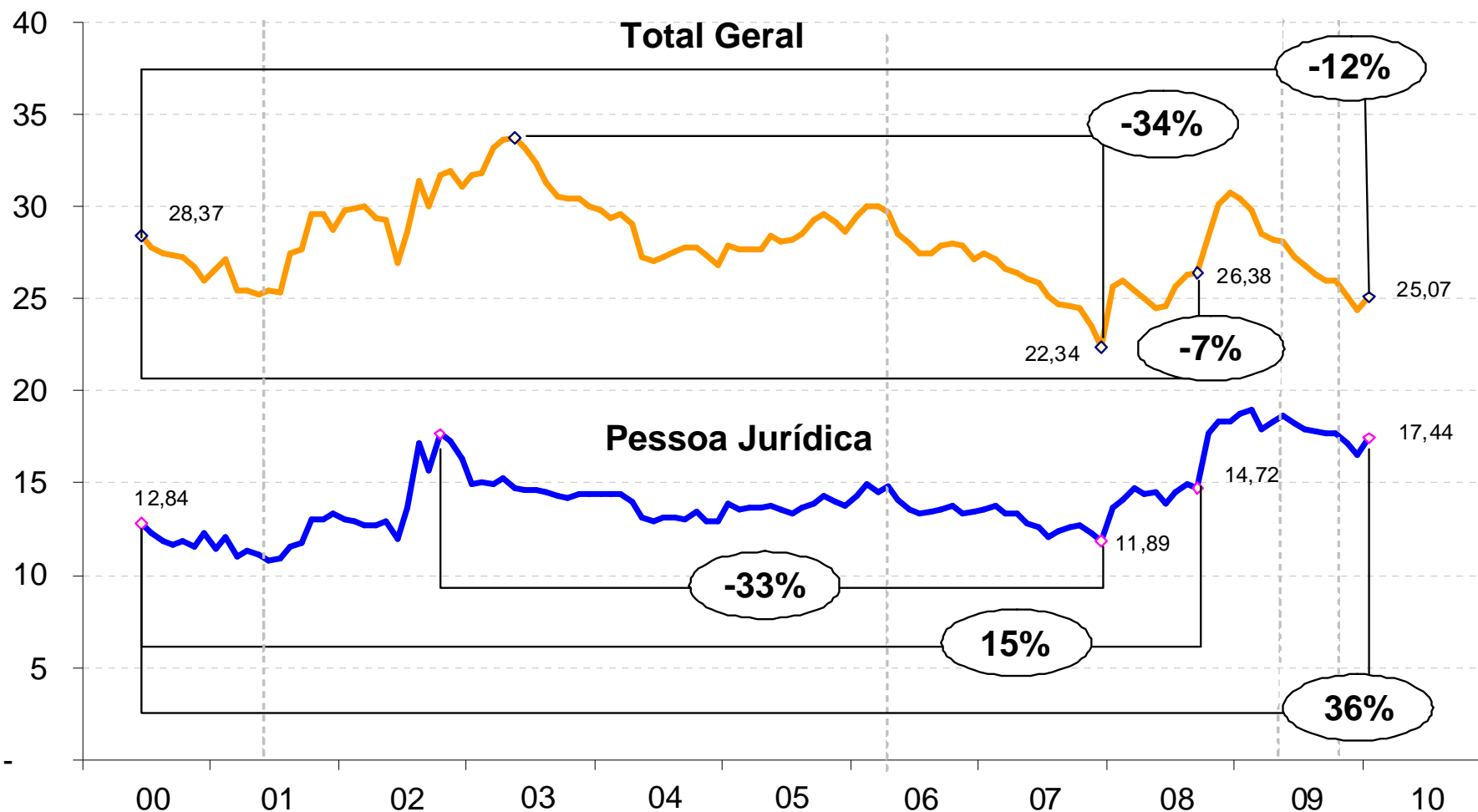
(em % a.a.)



Deve-se tomar cuidado com datas arbitrariamente escolhidas. Por exemplo, comparar o pico do spread em 2003 com seu vale em 2007 leva à conclusão equivocada de que o spread caiu cerca de 30%. A comparação dos valores iniciais em 2000 com os de 2010 mostra queda de 12% para o total das operações mas um aumento de 36% para a pessoa jurídica.

SPREAD - Evolução das Operações com Recursos Livres - 2000-10

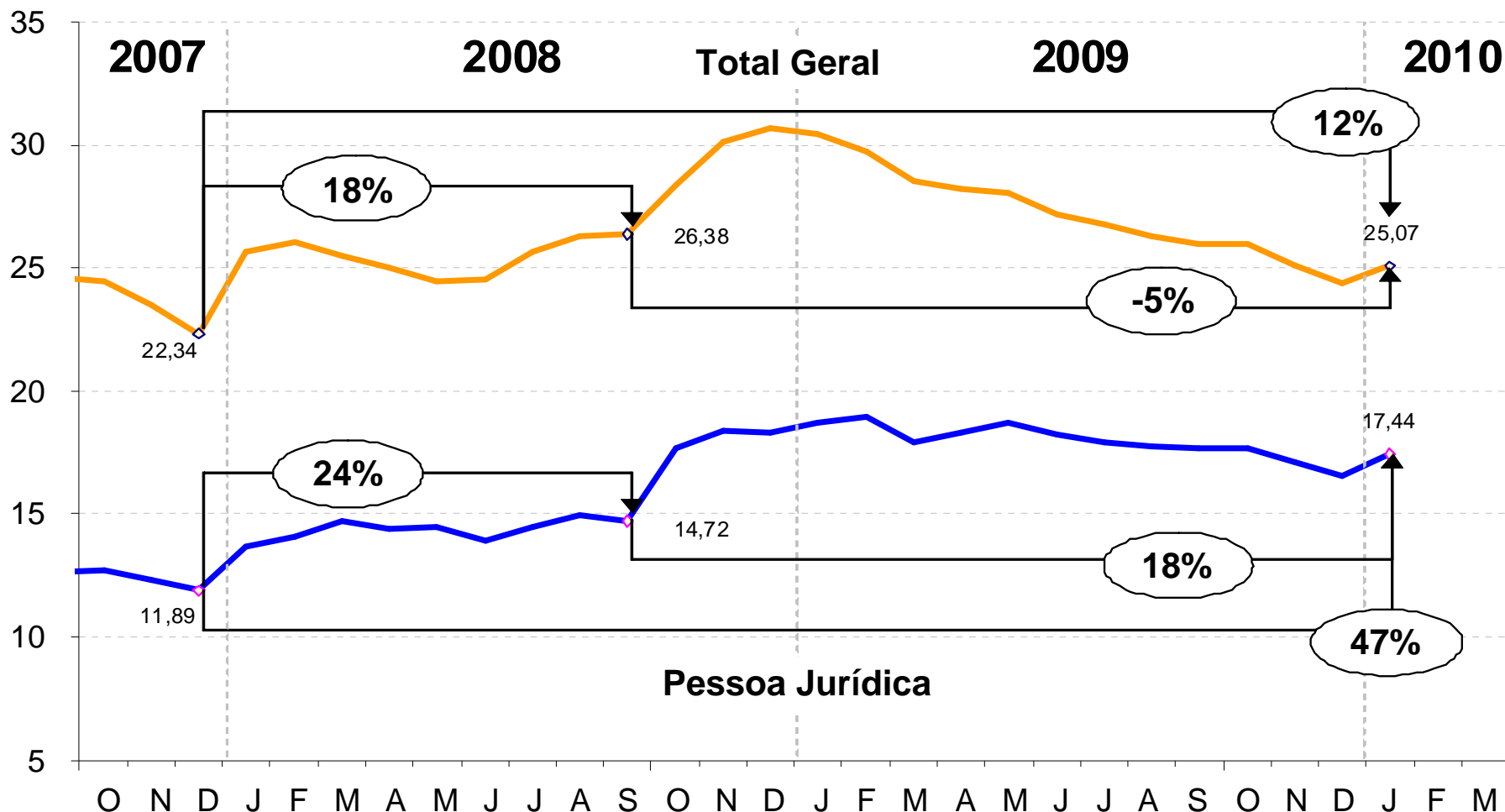
(em p.p.)



Devemos também comparar o spread, tanto o total quanto o para a pessoa jurídica, com aqueles cobrados em dezembro de 2007. Isso porque, embora oficialmente a crise só tenha chegado ao Brasil em setembro de 2008, o aumento do spread já havia começado nove meses antes.

SPREAD - Evolução das Operações com Recursos Livres - 2007-10

(em p.p.)

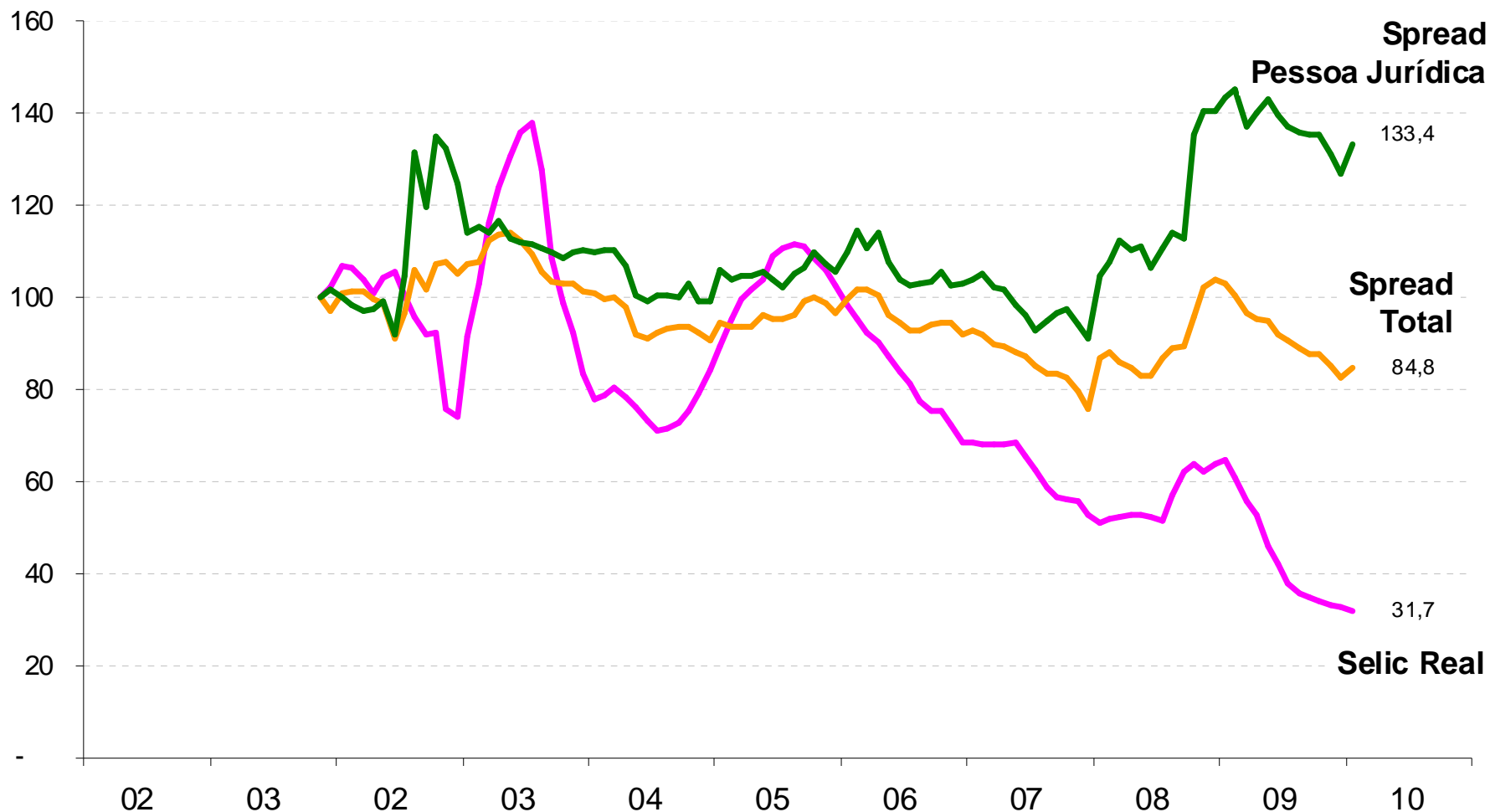




No momento em que se discute o aumento dos juros em função de um eventual aumento da Selic, devemos notar que historicamente o spread não caiu como ela, que freqüentemente sobe antecipadamente em relação à ela e que está desproporcionalmente alto para a Pessoa Jurídica.

CRÉDITO - Selic vs Spread - 2000-10

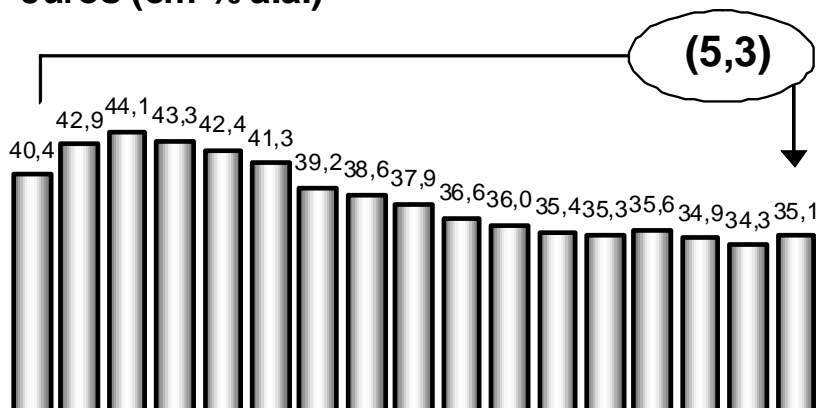
(base: nov-01 = 100)



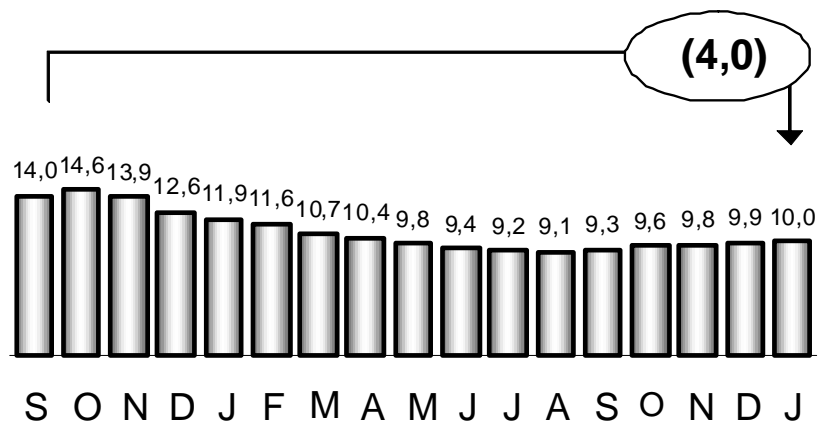
Como observado com o fim da crise, o spread bancário para as operações totais não caiu na mesma proporção que o custo de captação.

TOTAL GERAL - Evolução dos Juros e do Spread - set-08 a jan-10

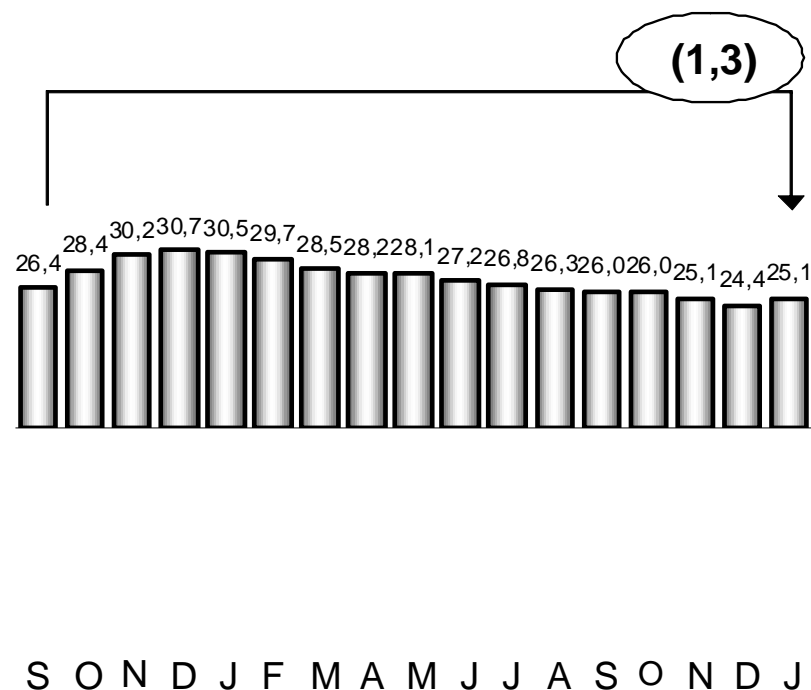
Juros (em % a.a.)



Custo de Captação (em % a.a.)



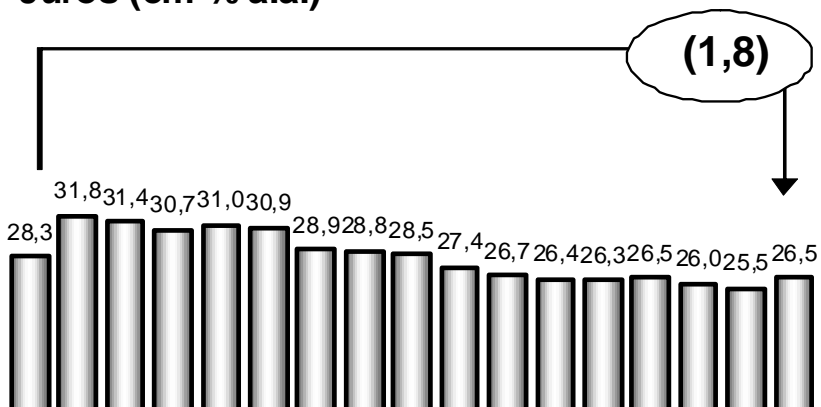
Spread Bancário (em p.p.)



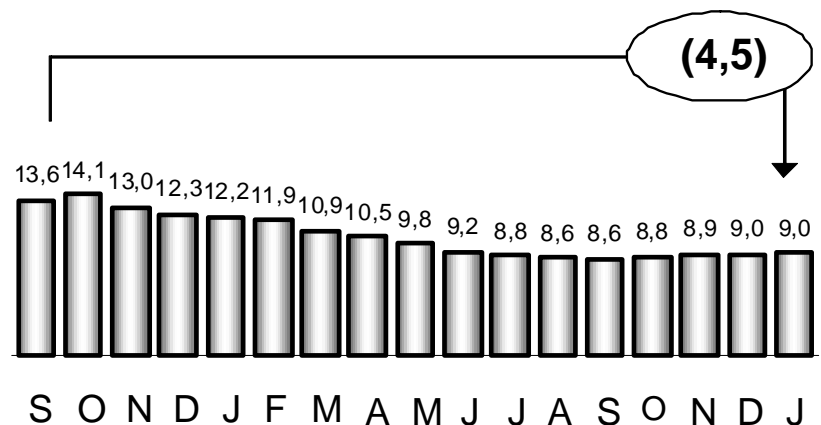
Já para a pessoa jurídica, a situação é ainda mais difícil. Apesar da queda do custo de captação houve aumento do spread bancário.

PESSOA JURÍDICA - Evolução dos Juros e do Spread - set-08 a jan-10

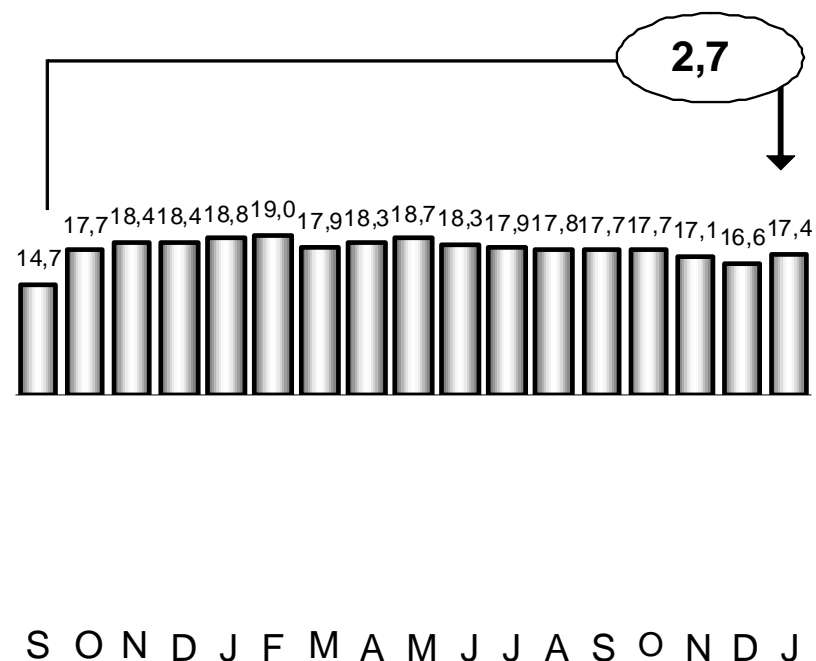
Juros (em % a.a.)



Custo de Captação (em % a.a.)



Spread Bancário (em p.p.)





Conclui-se então que não há porque o spread acompanhar um aumento da Selic, o que nos remete à análise dos seus componentes em busca de uma justificativa para um eventual aumento.

CONCLUSÃO - Selic

Não há porque o spread acompanhar um aumento da Selic.

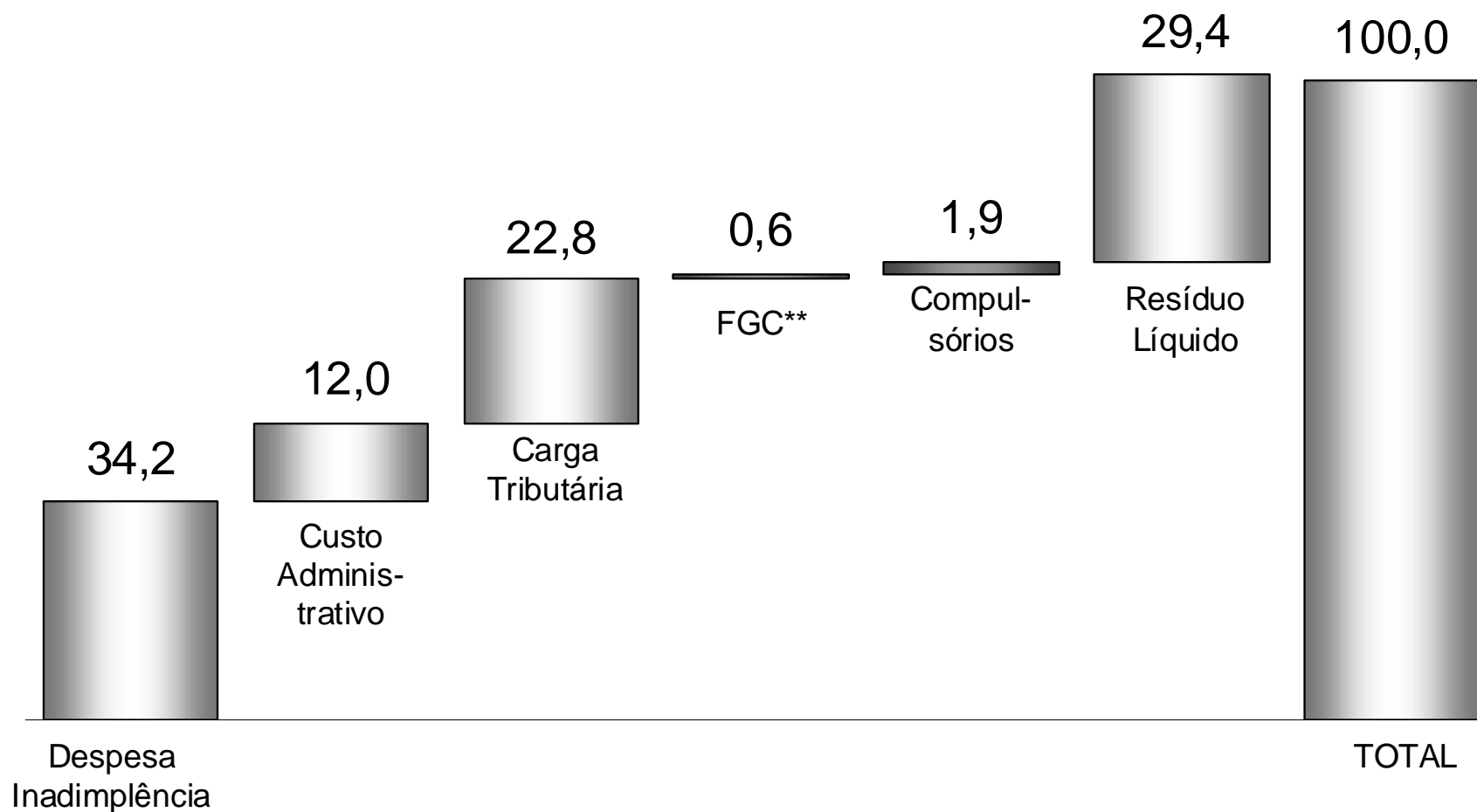
Devemos, portanto, analisar se existe algum componente do spread que justifique um aumento agora.



Começamos pelo recolhimento compulsório uma vez que sua “normalização” tem sido usada como justificativa para aumentos do spread. Devemos frisar que, segundo o Banco Central, a parcela do spread atribuída ao compulsório é muito pequena, algo em torno de 1,9% em operações pré-fixadas de dezembro de 2008 (pós-crise).

SPREAD BANCÁRIO* - Decomposição - 2008

(em %)



* Spread referente a dezembro. ** Fundo Garantidor de Crédito.
Fonte: Banco Central; elaboração FIESP.

A elevação do compulsório deve retirar R\$ 71 bilhões dos R\$ 100 bilhões liberados durante a crise.



MEDIDAS DE NORMALIZAÇÃO DOS COMPULSÓRIOS

A percentagem que os bancos são obrigados a recolher sobre os atuais 13,5% para 15%.

O referente à compra de carteiras de crédito de bancos pequenos que pode ser abatido do recolhimento cai de 55% para 45%.

A alíquota extra sobre depósitos à vista sobe dos atuais 5% para os 8% recolhidos antes da crise.

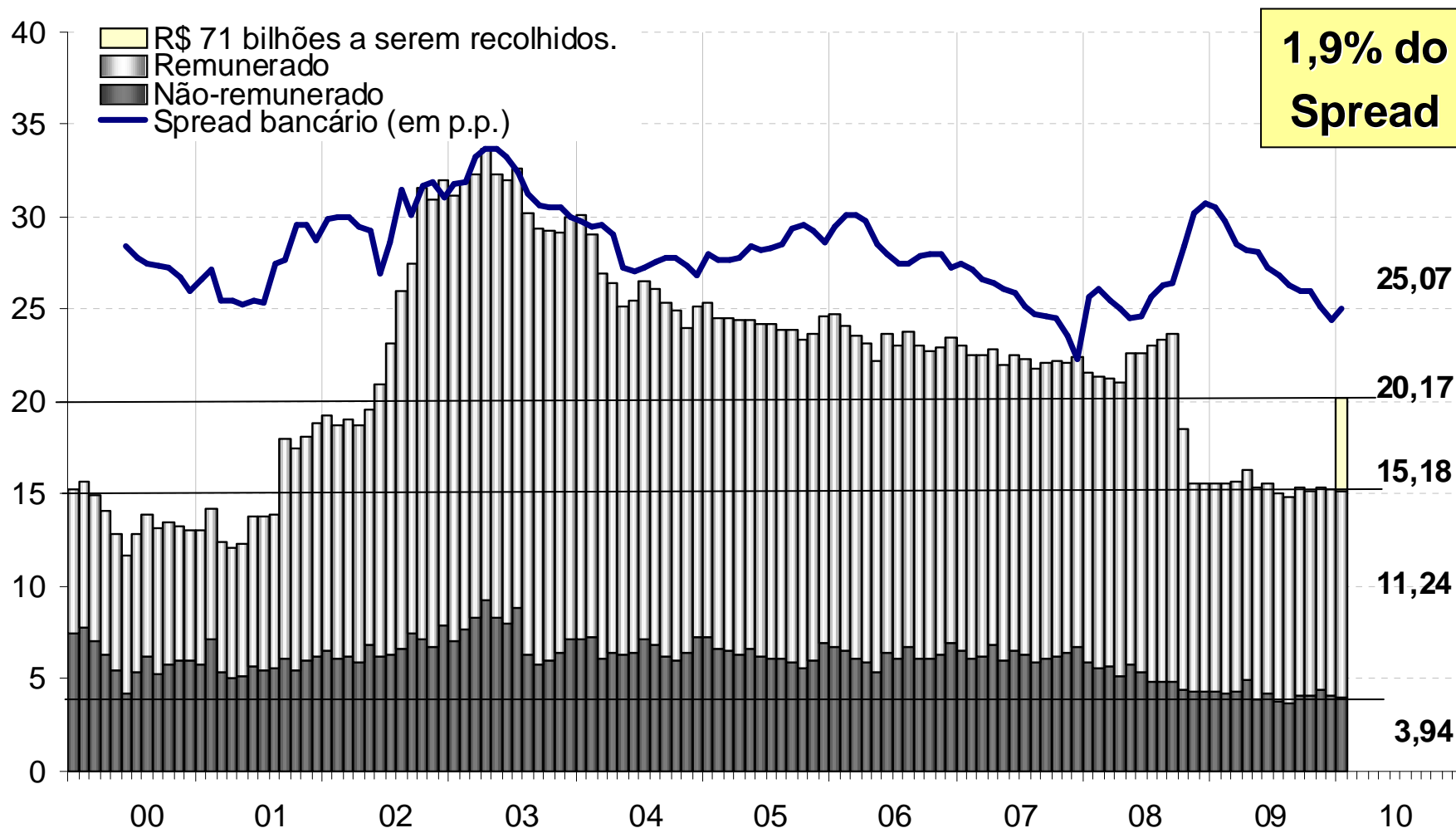
A alíquota extra sobre depósitos a prazo volta dos 4% para 8% de antes.

O recolhimento, que até então era em grande parte feito por meio de títulos públicos, passa a ser recolhido em espécie e remunerado pela taxa Selic.

Supondo que o enxugamento fosse imediatamente implementado em janeiro, ainda assim, excetuando-se a crise, sua participação no total das operações de crédito totais seria a menor desde 2002.

COMPULSÓRIO - Saldo dos Recolhimentos Obrigatórios - 2000-09

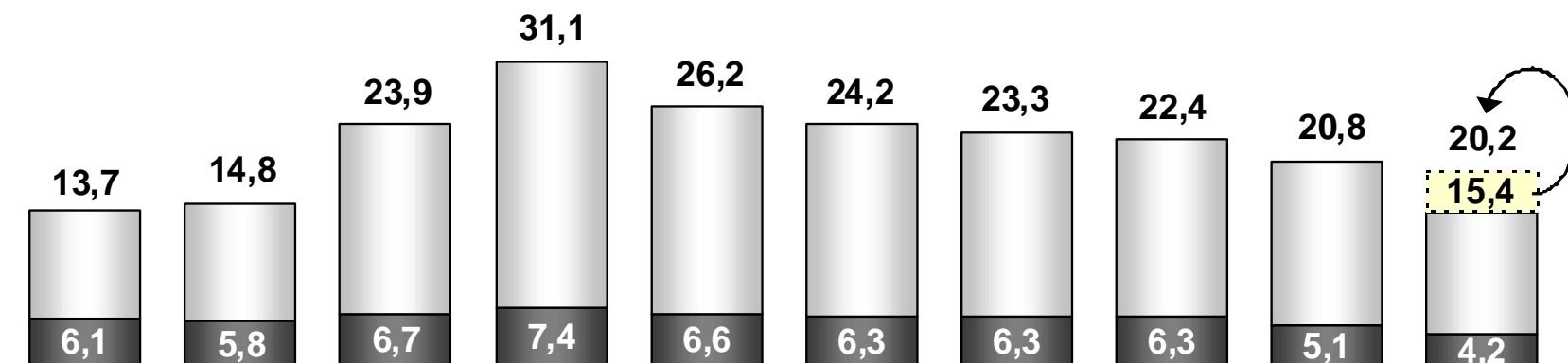
(em % das operações de crédito totais do sistema financeiro)



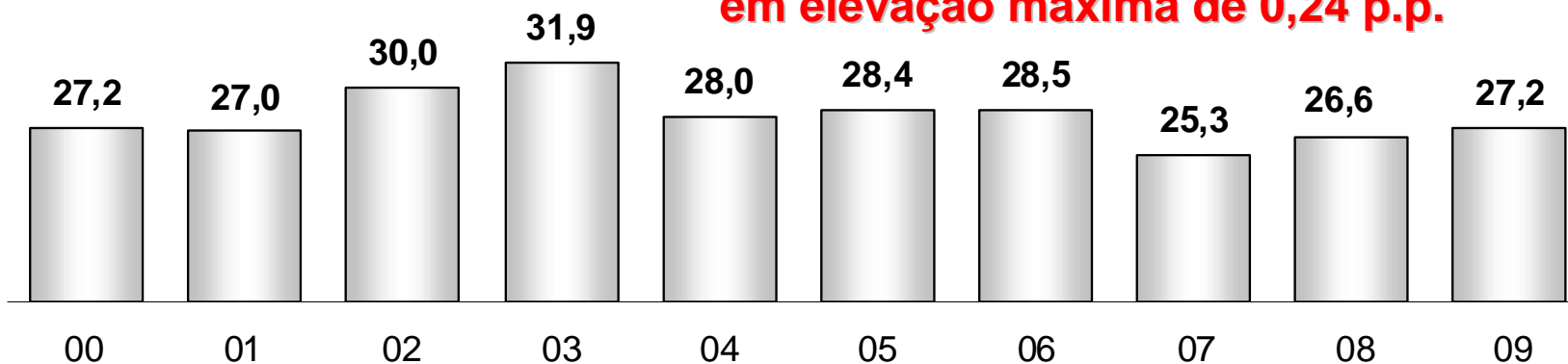
Com o enxugamento dos R\$ 71 bilhões, o compulsório passaria a representar cerca de 20,2% das operações de crédito totais de dezembro de 2009. Note-se que em 2008 representou de 20,8% e o spread médio foi de apenas 26,6 p.p.

CRÉDITO LIVRE - Spread vs. Compulsório - 2001-09

Compulsório* (em % das operações de crédito totais do sistema financeiro)



Spread* (em p.p.)



Como o compulsório representa menos que 2% do spread, seu aumento resultaria em elevação máxima de 0,24 p.p.

* Média simples.

Fonte: BCB; elaboração FIESP.

Conclui-se, portanto, que o aumento do compulsório também não justifica aumento do spread bancário.



IMPACTO DO AUMENTO DOS COMPULSÓRIOS NO SPREAD

Segundo o Banco Central, o custo de direcionamento, o qual inclui compulsório e subsídio cruzado, foi responsável por 1,85% do spread bancário em dezembro de 2008.

Supondo que o aumento do spread seja proporcional ao aumento da relação compulsório/crédito apenas, o spread das operações pré-fixadas deveria aumentar no máximo 0,24 p.p..

Assim sendo, o spread bancário passaria dos 30,64 p.p. verificados em janeiro para 30,88 p.p.

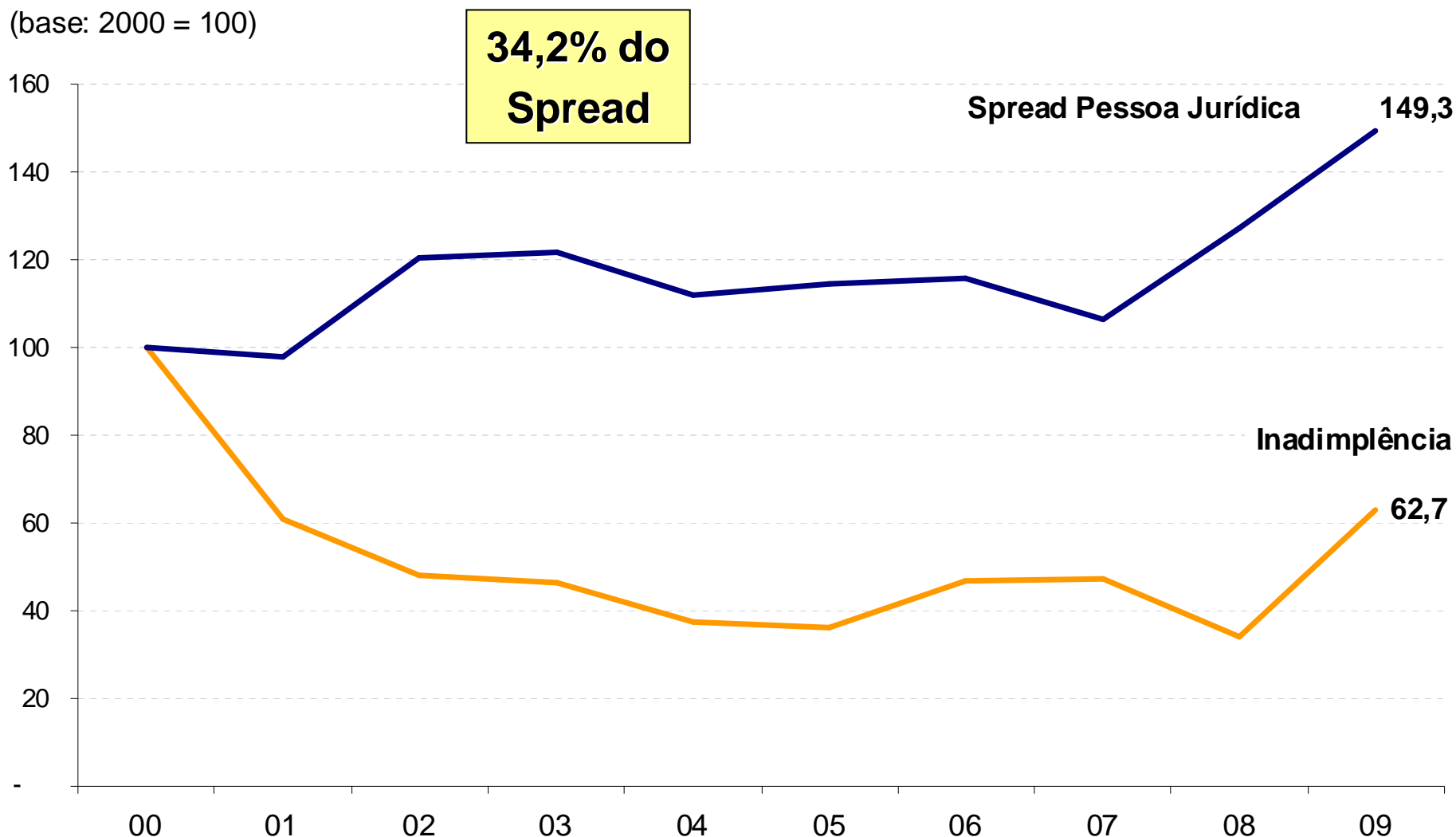
Esse cálculo, entretanto, não considera a redução da inadimplência, a qual representou 33,59% do spread em dezembro de 2008 (última decomposição disponível).



Outro componente do spread é a inadimplência. É curioso observar que, do ponto de vista relativo, a inadimplência caiu 37,3% entre 2000 e 2009 mas o spread aumentou 49,3%.

CRÉDITO - Inadimplência vs Spread - 2000-09

(base: 2000 = 100)





A inadimplência para o total das operações de crédito também atingiu valores maiores que os 3,8% de janeiro durante todos os meses entre junho de 2000 e maio de 2001. Entretanto, mesmo chegando a 5,8% em setembro de 2000, o maior valor do spread durante o período foi de 12,8 p.p. em junho.

SPREAD – Valores nos Meses em que a Inadimplência foi maior que 3,3%

Data	INAD.	SPREAD
jun/00	5,6	12,8
jul/00	5,4	12,2
ago/00	5,1	11,9
set/00	5,8	11,7
out/00	5,2	11,8
nov/00	5,0	11,5
dez/00	4,9	12,3
jan/01	4,7	11,5
fev/01	4,6	12,0
mar/01	4,2	11,0
abr/01	3,9	11,4
mai/01	4,2	11,2

Data	INAD.	SPREAD
fev/09	2,3	19,0
mar/09	2,6	17,9
abr/09	3,0	18,3
mai/09	3,3	18,7
jun/09	3,5	18,3
jul/09	3,9	17,9
ago/09	4,0	17,8
set/09	4,1	17,7
out/09	4,0	17,7
nov/09	3,9	17,1
dez/09	3,8	16,6
jan/10	3,8	17,4



Além disso, devemos considerar que a implantação do fundo garantidor de operações – FGO – tende a reduzir a inadimplência a um patamar mais baixo que o de antes da crise.

Conclui-se que a inadimplência deve cair e, portanto, é motivo para a redução e não para aumento do spread bancário.

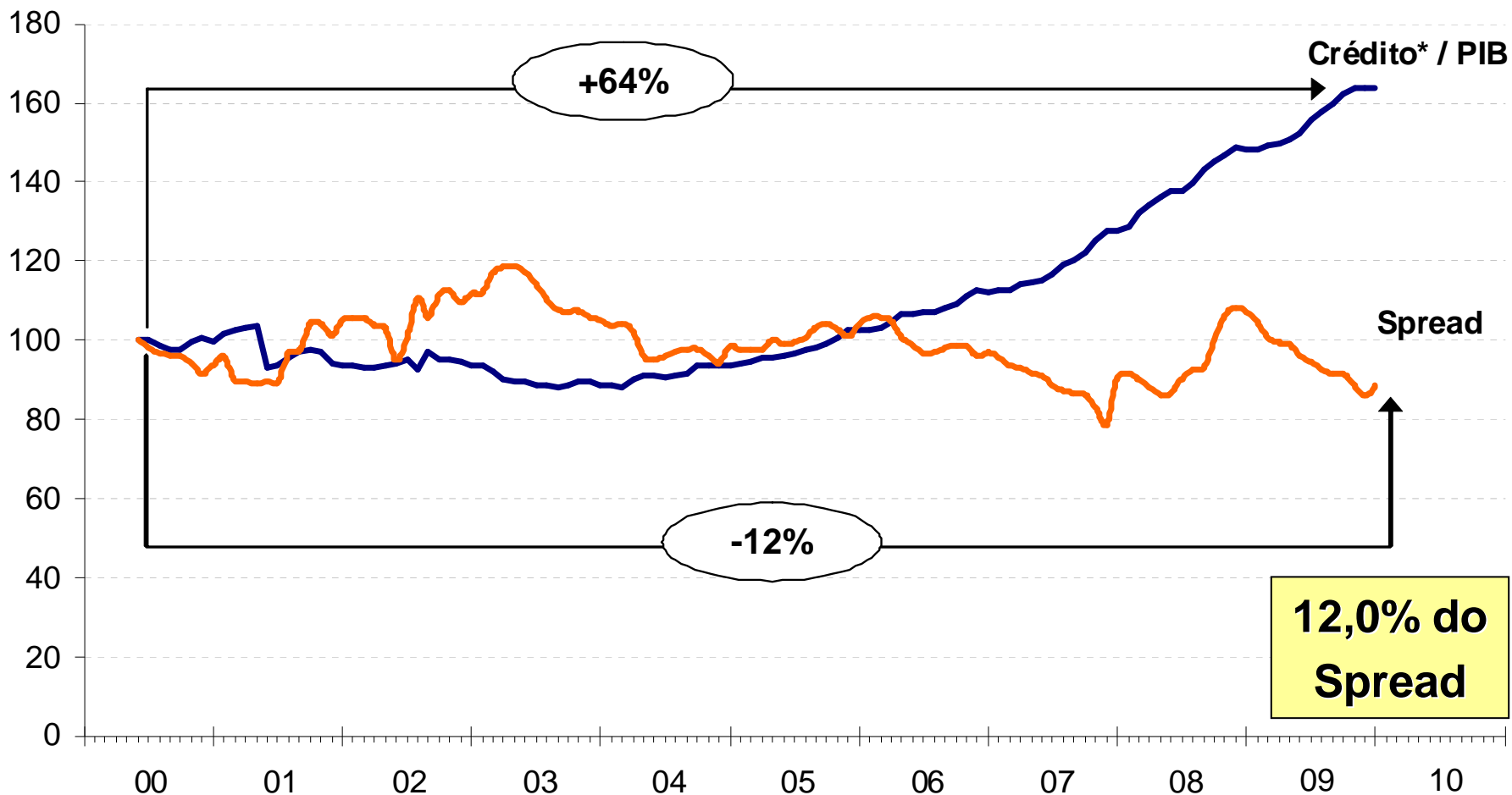
FUNDOS GARANTIDORES DE CRÉDITO

FUNDO	CARACTERÍSTICAS
Fundo Garantidor de Operações FGO/BB	Objetivo: Garantia a operações de capital de giro Aporte da União: R\$ 2,5 bilhões Público-alvo: MPEs com faturamento de até R\$ 15 milhões Restrições: <ul style="list-style-type: none">• 60% limitados a R\$ 150 mil por proponente com garantia• 80% limitados a R\$ 100 mil por proponente sem garantia• Stop loss de 7% da carteira de cada agente financeiro• Integralização de cotas pelas instituições financeiras

Por último, devemos considerar a despesa administrativa, a qual tende a diminuir com o crescimento das operações de crédito que tende a gerar novas economias de escala. Devemos lembrar que economias de escala fizeram com que a contribuição das despesas administrativas para o spread caísse de 8,9 p.p. do spread em dezembro de 2003 para 4,7% em dezembro de 2008.

CRÉDITO - Operações de Crédito do Sistema Financeiro - 2000-09

(base: jun/00 = 100)



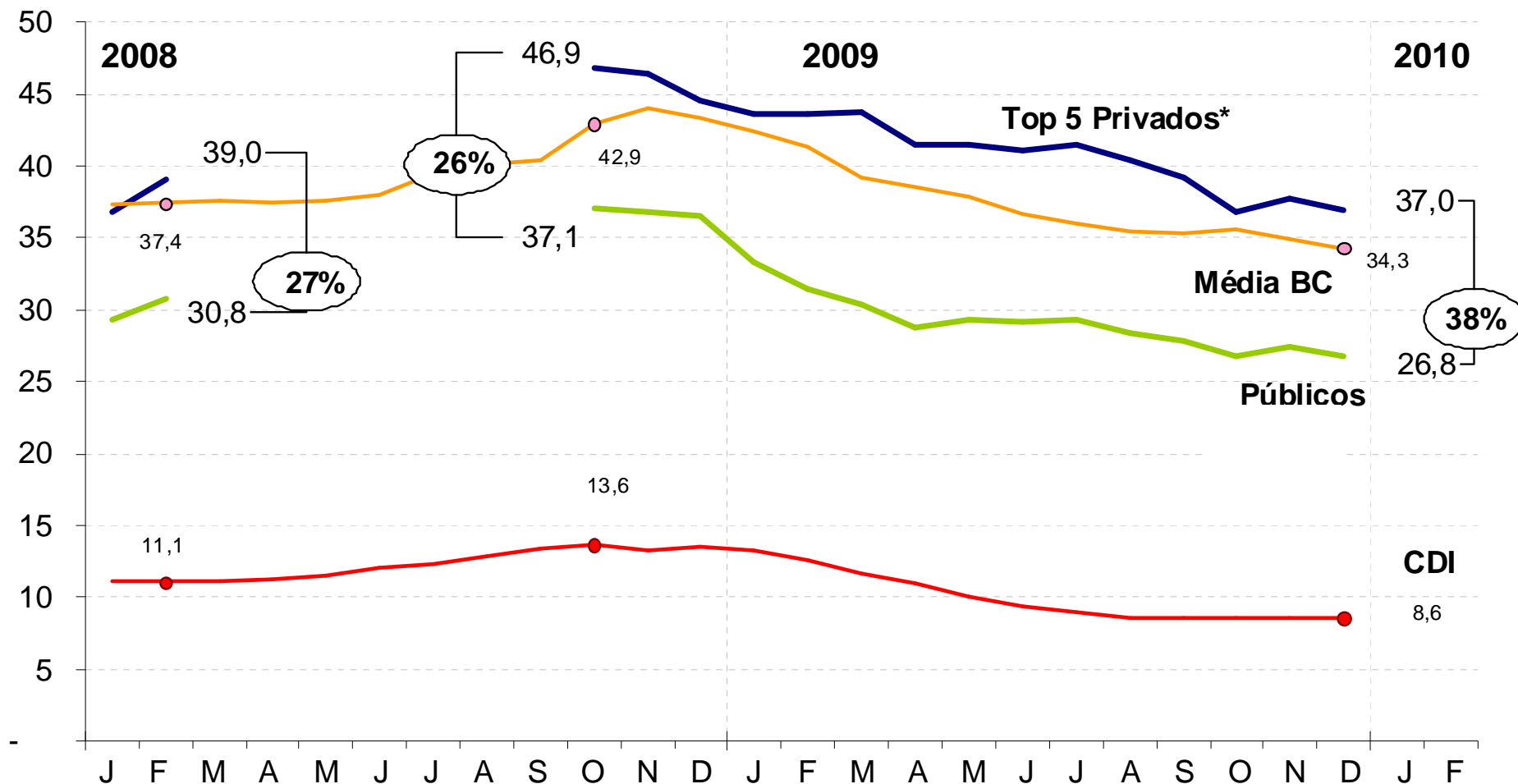
* Operações de crédito com recursos livres referenciais para taxa de juros.
 Fonte: Banco Central; elaboração FIESP.



Mas há ainda um argumento difícil de contestar: a performance do BB.
De uma maneira geral a redução dos juros médios cobrados pelos bancos públicos a partir de janeiro de 2009, aumentou sua diferença em relação àqueles cobrados pelas grandes instituições financeiras privadas, de 26% em outubro de 2008 para 38% em janeiro de 2010.

JUROS - Total geral (consolidado) - 2008-10

(em % a.a.)

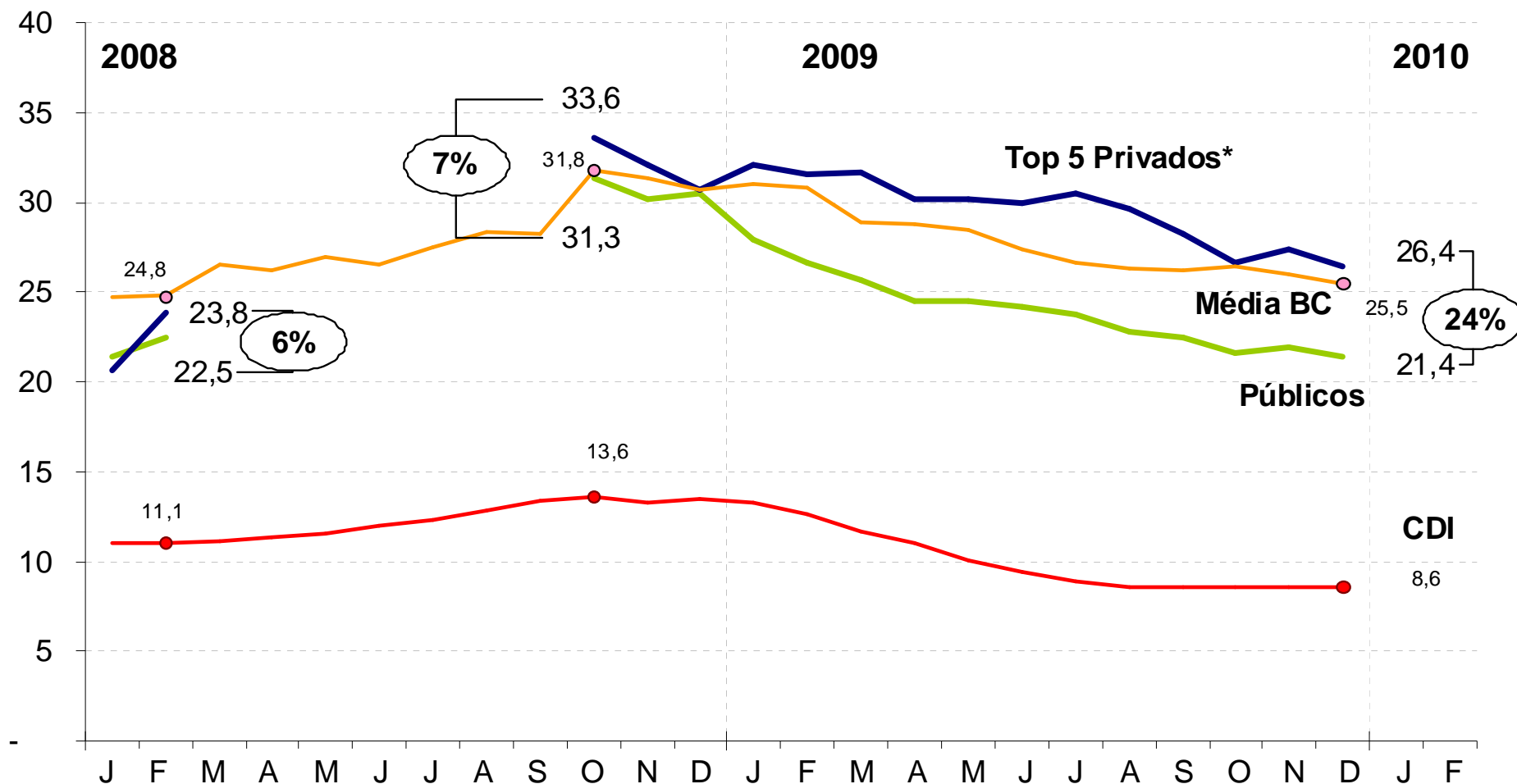


* Cinco maiores bancos segundo a participação nas operações de crédito e arrendamento mercantil.
Fonte: Banco Central; elaboração FIESP.

O mesmo ocorreu em relação aos juros cobrados à pessoa jurídica, para a qual a diferença aumentou de aproximadamente 7%, para 24% no mesmo período.

JUROS - Total pessoa jurídica (consolidado) - 2008-10

(em % a.a.)

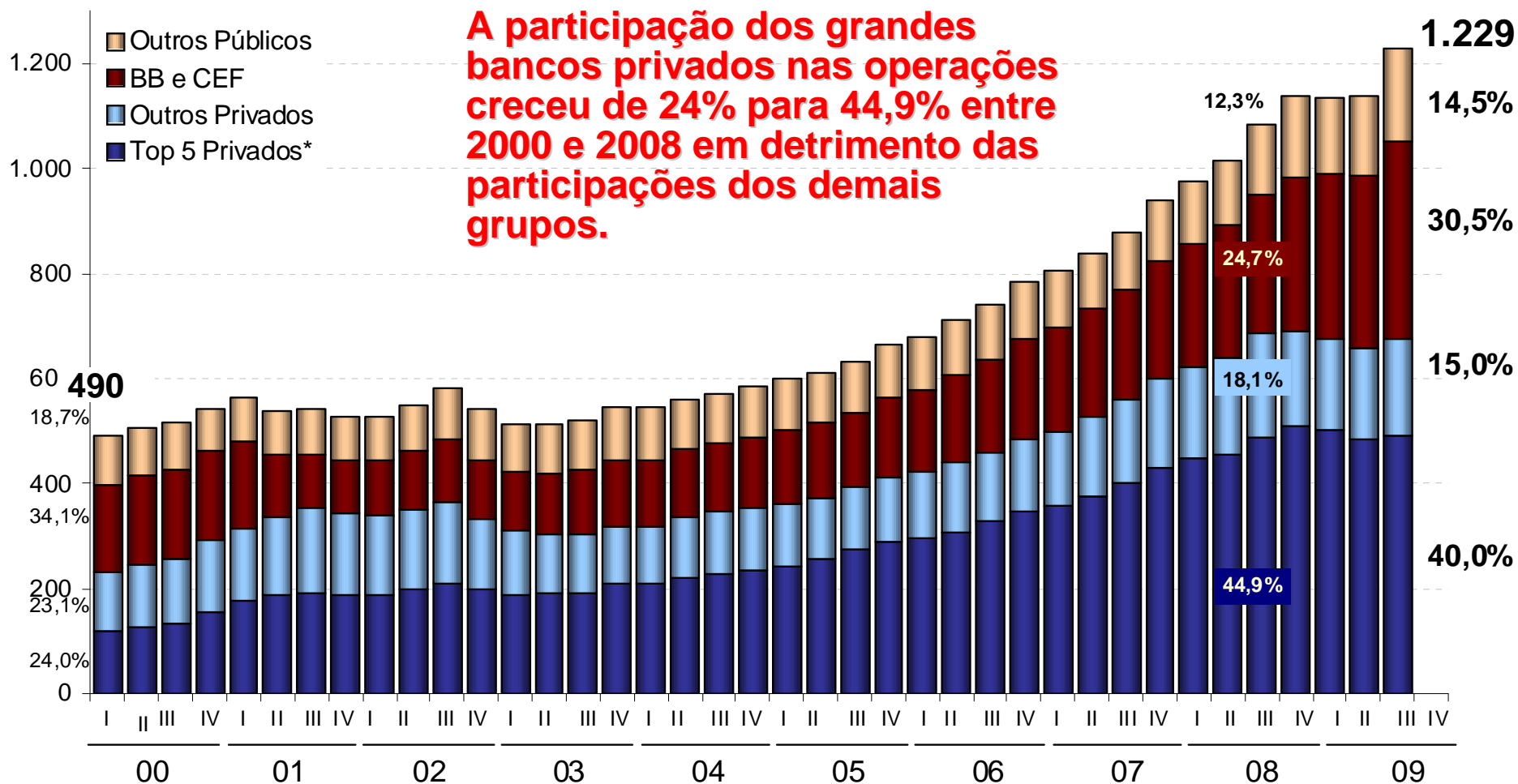


* Cinco maiores bancos segundo a participação nas operações de crédito e arrendamento mercantil.
 Fonte: Banco Central; elaboração FIESP.

Isso fez com a participação de mercado dos bancos públicos aumentasse de 24,7% no terceiro trimestre de 2008 para 30,5% no terceiro semestre de 2009.

SFN - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil - 2000-09

(em R\$ bilhões de mar-09)



* Cinco maiores bancos segundo a participação nas operações de crédito e arrendamento mercantil.

Fonte: Banco Central; elaboração FIESP.



Mais que isso, a expansão da carteira de crédito proporcionou ao Banco do Brasil o maior lucro líquido dentre todas as instituições financeiras em 2009. Concluí-se, portanto, que o aumento do spread agora não é só injustificável, é um equívoco mesmo para as instituições financeiras.

BB tem lucro recorde e 20% do crédito no País

O lucro líquido do Banco em 2009 foi de R\$ 10,148 bilhões, uma expansão de 15% sobre 2008.

Além disso, o banco também passa a deter 20% da carteira de crédito no País, com um saldo total de R\$ 320,7 bilhões, expansão de 35,2%.

O lucro recorrente da instituição em 2009 foi de R\$ 8,506 bilhões, crescimento de 27,2% ante 2008.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio no ano passado ficou em 30,7%, abaixo dos 32,5% registrados em 2008.

O total de ativos do BB chegou ao fim de dezembro em R\$ 708,549 bilhões, um crescimento de 36%. Esse volume de ativos confirma o banco federal como a maior instituição financeira do País.

Propomos, portanto, a continuação do processo de implantação da agenda para a redução do spread, a qual já foi em grande parte elaborada pelo próprio Banco Central.

MEDIDAS POR ÁREA DE COMPETÊNCIA – Banco Central

MEDIDA	DESCRIÇÃO
Reduzir os compulsórios	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir os recolhimentos compulsórios à vista e a prazo para padrões próximos aos internacionais de maneira a aumentar a oferta de crédito e a diminuir o spread cobrado aos pequenos tomadores.
Ampliar a portabilidade	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar a portabilidade das informações cadastrais, incluindo ratings de crédito atribuídos às operações de empréstimo e financiamento, permitindo a redução da assimetria de informação e, conseqüentemente, o aumento do poder de barganha dos tomadores de crédito em negociação com os bancos e estimulando a concorrência entre instituições financeiras.
Divulgar a portabilidade	<ul style="list-style-type: none">• Implementar campanha publicitária para conscientizar os consumidores quanto à importância do acesso às e transparência das informações cadastrais positivas para a obtenção de condições mais favoráveis em operações de empréstimo e financiamento.

MEDIDAS POR ÁREA DE COMPETÊNCIA – Banco Central (cont.)

MEDIDA	DESCRIÇÃO
Revisar exigências para pequenos empréstimos	<ul style="list-style-type: none">• Revisar as informações exigidas pelo Banco Central aos bancos e às instituições financeiras para torná-las adequadas a operações de pequeno valor e evitar duplicidade de maneira a reduzir os custos de observância.
Calcular taxas de juros e spreads segundo a classificação de risco, modalidade e encargo	<ul style="list-style-type: none">• Junto à inclusão do ranking à portabilidade permitirá ao tomador comparar os juros propostos pelos bancos às médias de mercado. Os juros para a classificação AA servirão de piso para o mercado e os juros para a classificação H indicará o teto.

MEDIDAS POR ÁREA DE COMPETÊNCIA – Poder Executivo

MEDIDA	DESCRIÇÃO
Desonerar a intermediação	• Reduzir impostos indiretos sobre a intermediação.
Eliminar recolhimento indevido de impostos	• Permitir o abatimento do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos valores relativos aos créditos não recebidos (inadimplência) tão logo tais perdas sejam reconhecidas e contabilizadas, segundo as normas do Banco Central do Brasil.
Melhorar o CADIN	• Melhorar o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) de forma que se torne mais amigável quanto à acessibilidade e mais disponível para consultas fora do setor público..
Eliminar o monopólio da informação	• Garantir aos tomadores o direito ao acesso dos clientes às informações de suas operações de empréstimo e financiamento, inclusive aos respectivos ratings..

MEDIDAS POR ÁREA DE COMPETÊNCIA – Poder Legislativo

MEDIDA

DESCRIÇÃO

Aprovar o Cadastro Positivo

- Aprovar o projeto do Cadastro Positivo de maneira a reduzir os juros cobrados de bons pagadores.

Reduzir a insegurança jurídica

- Permitir a separação de juros e principal em processos de cobrança de empréstimos do Sistema Financeiro Nacional – SFN – a exemplo do artigo 50 da Lei nº 10.931/04 que trata de contratos de financiamento imobiliário que obriga o devedor a discriminar os valores controversos e a manter o pagamento normal dos valores incontroversos, no tempo e no modo contratados.

Racionalizar os processos judiciais

- Racionalizar os processos judiciais de maneira que as leis sobre o assunto já aprovadas (a exemplo da Súmula Vinculante e da Execução de Títulos Judiciais) e aquelas em discussão no Congresso sejam implementadas.
-



PRESIDENTE

Paulo Skaf

DECOMTEC

DIRETOR TITULAR

José Ricardo Roriz Coelho

DIRETOR TITULAR ADJUNTO

Pierangelo Rossetti

DIRETORIA

Airton Caetano

Almir Daier Abdalla

André Luis Romi

Carlos William de Macedo Ferreira

Cássio Jordão Motta Vecchiatti

Christina Veronika Stein

Cláudio Grineberg

Cláudio José de Góes

Cláudio Sidnei Moura

Cristiano Veneri Freitas Miano (Representante do CJE)

Denis Perez Martins

Dimas de Melo Pimenta III

Donizete Duarte da Silva

Eduardo Berkovitz Ferreira

Eduardo Camillo Pachikoski

Elias Miguel Haddad

Eustáquio de Freitas Guimarães

Fernando Bueno

Francisco Florindo Sanz Esteban

Francisco Xavier Lopes Zapata

Jayme Marques Filho

João Luiz Fedricci

Jorge Eduardo Suplicy Funaro

Lino Goss Neto

Luiz Carlos Tripodo

Manoel Canosa Miguez

Marcelo Gebara Stephano (Representante do CJE)

Mário William Esper

Nelson Luis de Carvalho Freire

Newton Cyrano Scartezini

Octaviano Raymundo Camargo Silva

Olívio Manuel de Souza Ávila

Rafael Cervone Netto

Robert William Velasquez Salvador (Representante do CJE)

Roberto Musto

Ronaldo da Rocha

Rubens Approbato Machado Júnior

Stefano de Angelis

Walter Bartels



EQUIPE TÉCNICA – Departamento de Competitividade e Tecnologia

GERENTE

Renato Corona Fernandes

TÉCNICOS

Albino Fernando Colantuono

André Kalup Vasconcelos

Célia Regina Murad

Daniela Carla Decaro Schettini

Egídio Zardo Junior

Fulvia Hessel Escudeiro

Guilherme Riccioppo Magacho

José Leandro de Resende Fernandes

Juliana de Souza

Mauricio Oliveira Medeiros

Paulo Henrique Rangel Teixeira

Paulo Sergio Pereira da Rocha

Pedro Guerra Duval Kobler Corrêa

Roberta Cristina Possamai

Silas Lozano Paz

ESTAGIÁRIOS

Michele Cristine Bertolini

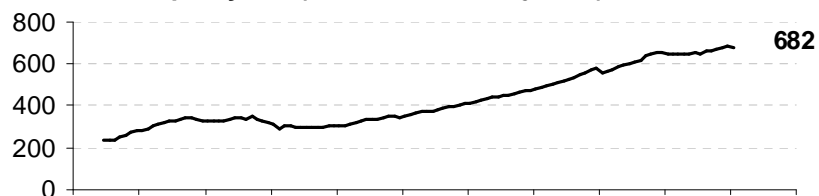
APOIO

Maria Cristina B. M. Flores

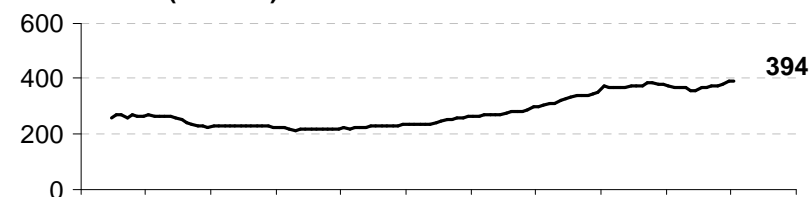
Para o total das operações de crédito com recursos livres de janeiro, a inadimplência praticamente manteve-se em 5,6% mas o spread voltou a aumentar para 25,07 p.p.

CRÉDITO LIVRE REFERENCIAL* – Total – 2000-10

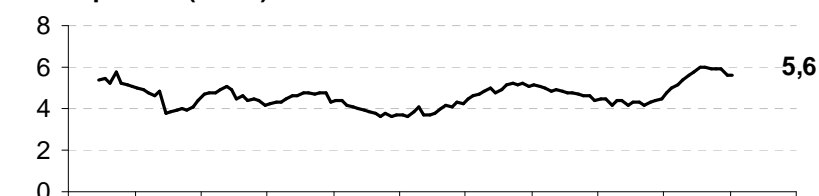
Saldo das Operações* (em R\$ bilhões de jan-10)



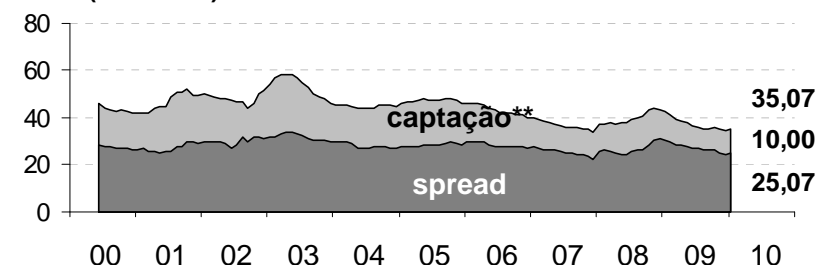
Prazo Médio (em dias)



Inadimplência (em %)



Juros (em % a.a.)



Dados

MÊS	Saldo (R\$ bi out-08)	Prazo (dias)	Inadimplência (%)	Captção (% a.a.)	Spread (p.p.)	Juros (% a.a.)
set-08	637	385	4,1	13,99	26,38	40,37
out-08	648	387	4,3	14,55	28,38	42,93
nov-08	657	378	4,3	13,89	30,16	44,05
dez-08	655	378	4,5	12,57	30,71	43,28
jan-09	646	374	4,7	11,94	30,46	42,40
fev-09	645	369	5,0	11,59	29,74	41,33
mar-09	652	368	5,1	10,66	28,54	39,20
abr-09	652	366	5,3	10,38	28,19	38,57
mai-09	651	357	5,6	9,82	28,05	37,87
jun-09	654	359	5,7	9,43	27,21	36,64
jul-09	652	370	6,0	9,18	26,77	35,95
ago-09	661	367	6,0	9,14	26,28	35,42
set-09	668	374	5,9	9,28	25,97	35,25
out-09	675	376	5,9	9,64	25,97	35,61
nov-09	681	382	5,9	9,76	25,13	34,89
dez-09	684	390	5,6	9,92	24,36	34,28
jan-10	682	394	5,6	10,00	25,07	35,07

Variação

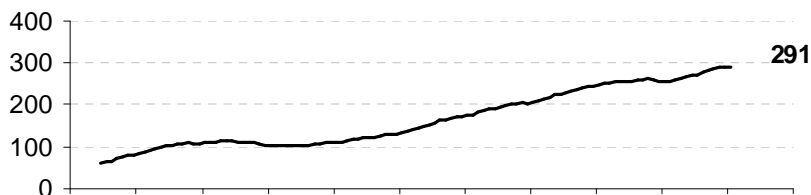
MÊS / MÊS ₋₁	Saldo (R\$ bi out-08)	Prazo (dias)	Inadimplência (%)	Captção (% a.a.)	Spread (p.p.)	Juros (% a.a.)
out/set	11	2	0,2	0,56	2,00	2,56
nov/out	9	(9)	0,0	(0,66)	1,78	1,12
dez/nov	(2)	-	0,1	(1,32)	0,55	(0,77)
jan/dez	(9)	(4)	0,3	(0,63)	(0,25)	(0,88)
fev/jan	(1)	(5)	0,2	(0,35)	(0,72)	(1,07)
mar/fev	7	(1)	0,2	(0,93)	(1,20)	(2,13)
abr/mar	-	(2)	0,2	(0,28)	(0,35)	(0,63)
mai/abr	(1)	(9)	0,3	(0,56)	(0,14)	(0,70)
jun/mai	3	2	0,1	(0,39)	(0,84)	(1,23)
jul/jun	(2)	11	0,2	(0,25)	(0,44)	(0,69)
ago/jul	9	(3)	0,0	(0,04)	(0,49)	(0,53)
set/ago	7	7	(0,0)	0,14	(0,31)	(0,17)
out/set	7	2	-	0,36	-	0,36
nov/out	6	6	(0,0)	0,12	(0,84)	(0,72)
dez/nov	3	8	(0,3)	0,16	(0,77)	(0,61)
jan/dez	(1)	4	(0,0)	0,08	0,71	0,79
jan-10/set-08 abs	45	9	1,5	(3,99)	(1,31)	(5,30)
%	7,1	2,3	35,8	(28,5)	(5,0)	(13,1)

* Operações referenciais para taxa de juros. ** A taxa de captação gira em torno da Selic.*** Taxas consolidadas (pré-fixada, pós-fixada e flutuante).
Fonte: Banco Central; elaboração FIESP.

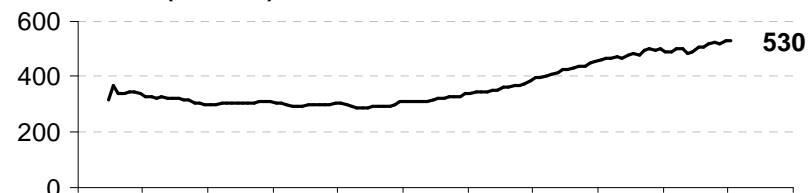
Para operações com juros pré-fixado das pessoas físicas, houve queda da inadimplência em janeiro, que fechou em 7,8%. Por outro lado, houve aumento do spread bancário 31,85 p.p.

CRÉDITO LIVRE REFERENCIAL* – Total para Pessoa Física – 2000-10

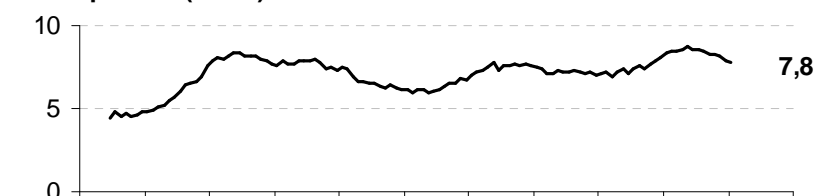
Saldo das Operações* (em R\$ bilhões de jan-10)



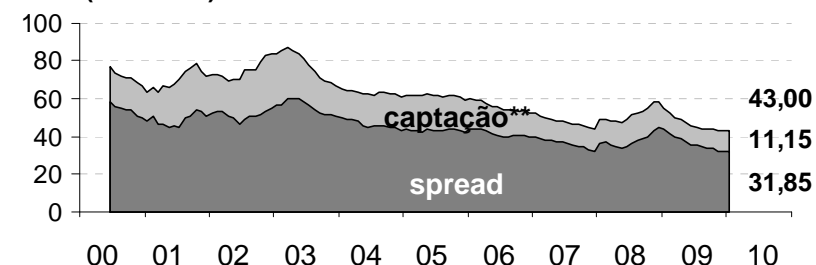
Prazo Médio (em dias)



Inadimplência (em %)



Juros (em % a.a.)



Dados

MÊS	Saldo (R\$ bi out-08)	Prazo (dias)	Inadimplência (%)	Captção (% a.a.)	Spread (p.p.)	Juros (% a.a.)
set-08	259	496	7,4	14,54	38,53	53,07
out-08	261	503	7,7	15,08	39,48	54,56
nov-08	259	492	7,9	15,10	42,95	58,05
dez-08	256	497	8,1	12,93	44,93	57,86
jan-09	257	489	8,3	11,54	43,44	54,98
fev-09	257	491	8,5	11,22	41,37	52,59
mar-09	260	499	8,5	10,28	39,85	50,13
abr-09	263	502	8,5	10,28	38,53	48,81
mai-09	266	481	8,7	9,85	37,43	47,28
jun-09	269	486	8,5	9,78	35,82	45,60
jul-09	272	506	8,6	9,69	35,16	44,85
ago-09	276	508	8,5	9,83	34,24	44,07
set-09	281	515	8,3	10,15	33,47	43,62
out-09	286	521	8,3	10,71	33,51	44,22
nov-09	288	517	8,2	10,80	32,24	43,04
dez-09	289	527	7,9	11,10	31,64	42,74
jan-10	291	530	7,8	11,15	31,85	43,00

Variação

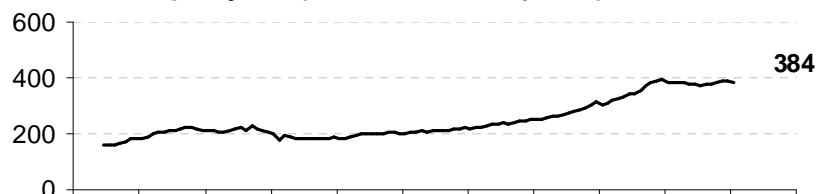
MÊS / MÊS ₋₁	Saldo (R\$ bi out-08)	Prazo (dias)	Inadimplência (%)	Captção (% a.a.)	Spread (p.p.)	Juros (% a.a.)
out/set	2	7	0,3	0,54	0,95	1,49
nov/out	(2)	(11)	0,2	0,02	3,47	3,49
dez/nov	(3)	5	0,2	(2,17)	1,98	(0,19)
jan/dez	1	(8)	0,2	(1,39)	(1,49)	(2,88)
fev/jan	-	2	0,2	(0,32)	(2,07)	(2,39)
mar/fev	3	8	-	(0,94)	(1,52)	(2,46)
abr/mar	3	3	0,0	-	(1,32)	(1,32)
mai/abr	3	(21)	0,2	(0,43)	(1,10)	(1,53)
jun/mai	3	5	(0,2)	(0,07)	(1,61)	(1,68)
jul/jun	3	20	0,0	(0,09)	(0,66)	(0,75)
ago/jul	4	2	(0,1)	0,14	(0,92)	(0,78)
set/ago	5	7	(0,2)	0,32	(0,77)	(0,45)
out/set	5	6	(0,0)	0,56	0,04	0,60
nov/out	2	(4)	(0,1)	0,09	(1,27)	(1,18)
dez/nov	1	10	(0,3)	0,30	(0,60)	(0,30)
jan/dez	3	3	(0,1)	0,05	0,21	0,26
jan-10/set-08 abs	32	34	0,4	(3,39)	(6,68)	(10,07)
%	12,4	6,9	5,4	(23,3)	(17,3)	(19,0)

* Operações referenciais para taxa de juros. ** A taxa de captação gira em torno da Selic.
Fonte: Banco Central; elaboração FIESP.

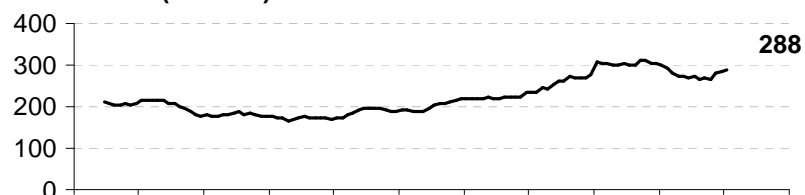
Para a pessoa jurídica, a inadimplência se manteve em 3,9% em outubro. O spread, por sua vez, voltou a aumentar para 17,44 p.p.

CRÉDITO LIVRE REFERENCIAL* – Total para Pessoa Jurídica – 2000-10

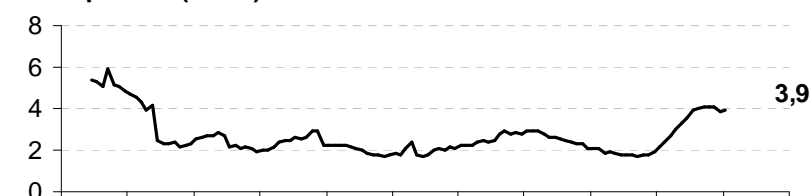
Saldo das Operações* (em R\$ bilhões de jan-10)



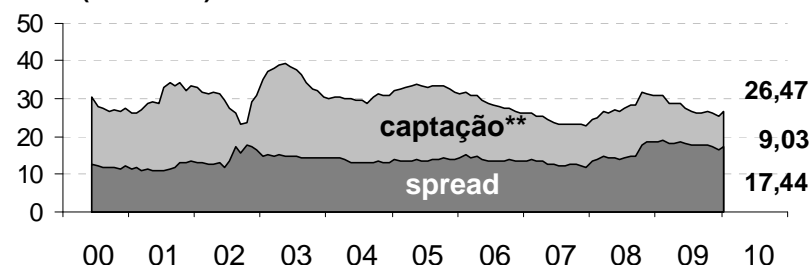
Prazo Médio (em dias)



Inadimplência (em %)



Juros (em % a.a.)



Dados

MÊS	Saldo (R\$ bi out-08)	Prazo (dias)	Inadimplência (%)	Captção (% a.a.)	Spread (p.p.)	Juros (% a.a.)
set-08	372	310	1,7	13,56	14,72	28,28
out-08	381	310	1,8	14,13	17,68	31,81
nov-08	390	304	1,8	12,97	18,38	31,35
dez-08	391	302	1,9	12,31	18,35	30,66
jan-09	383	298	2,1	12,24	18,75	30,99
fev-09	383	290	2,4	11,88	18,97	30,85
mar-09	385	281	2,7	10,94	17,94	28,88
abr-09	383	273	3,0	10,46	18,32	28,78
mai-09	379	270	3,3	9,80	18,68	28,48
jun-09	378	267	3,5	9,16	18,25	27,41
jul-09	374	270	3,9	8,77	17,92	26,69
ago-09	378	264	4,0	8,58	17,77	26,35
set-09	380	268	4,1	8,56	17,70	26,26
out-09	382	266	4,1	8,75	17,71	26,46
nov-09	386	279	4,1	8,89	17,12	26,01
dez-09	388	284	3,9	8,95	16,56	25,51
jan-10	384	288	3,9	9,03	17,44	26,47

Variação

MÊS / MÊS ₋₁	Saldo (R\$ bi out-08)	Prazo (dias)	Inadimplência (%)	Captção (% a.a.)	Spread (p.p.)	Juros (% a.a.)
out/set	9	-	0,1	0,57	2,96	3,53
nov/out	9	(6)	0,0	(1,16)	0,70	(0,46)
dez/nov	1	(2)	0,1	(0,66)	(0,03)	(0,69)
jan/dez	(8)	(4)	0,2	(0,07)	0,40	0,33
fev/jan	-	(8)	0,3	(0,36)	0,22	(0,14)
mar/fev	2	(9)	0,3	(0,94)	(1,03)	(1,97)
abr/mar	(2)	(8)	0,3	(0,48)	0,38	(0,10)
mai/abr	(4)	(3)	0,3	(0,66)	0,36	(0,30)
jun/mai	(1)	(3)	0,3	(0,64)	(0,43)	(1,07)
jul/jun	(4)	3	0,4	(0,39)	(0,33)	(0,72)
ago/jul	4	(6)	0,1	(0,19)	(0,15)	(0,34)
set/ago	2	4	0,1	(0,02)	(0,07)	(0,09)
out/set	2	(2)	0,0	0,19	0,01	0,20
nov/out	4	13	(0,0)	0,14	(0,59)	(0,45)
dez/nov	2	5	(0,2)	0,06	(0,56)	(0,50)
jan/dez	(4)	4	0,0	0,08	0,88	0,96
jan-10/set-08 abs	12	(22)	2,2	(4,53)	2,72	(1,81)
%	3,1	(7,1)	126,9	(33,4)	18,5	(6,4)

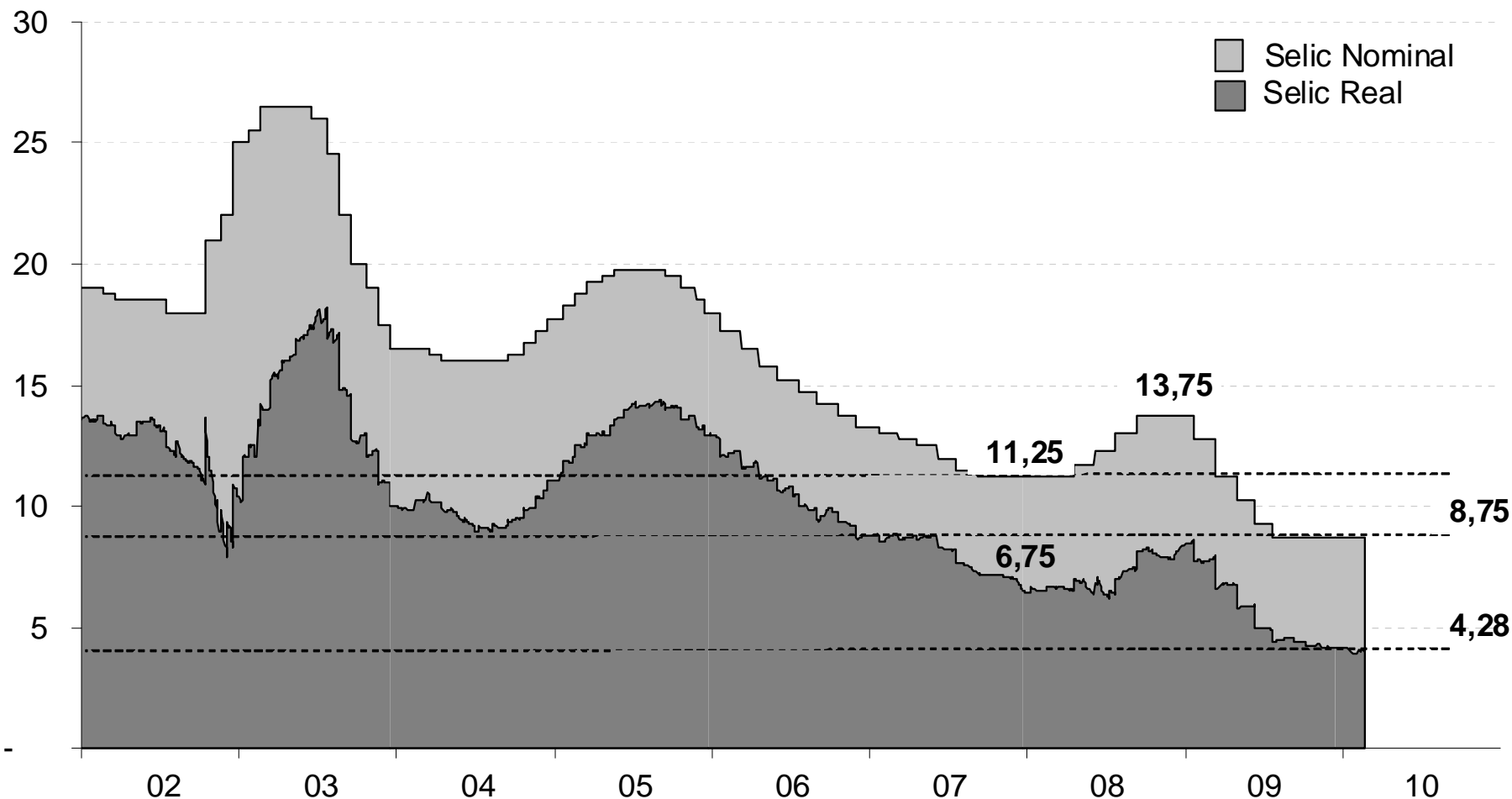
* Operações referenciais para taxa de juros. ** A taxa de captação gira em torno da Selic.*** Taxas consolidadas (pré-fixada, pós-fixada e flutuante).
Fonte: Banco Central; elaboração FIESP.



O custo de captação acompanha em grande medida a Selic, a qual está hoje no menor valor nominal desde 2002 e no menor valor histórico em termos reais.

JUROS - Selic Nominal, Expectativa de Inflação* e Selic Real - 2002-09

Selic Nominal e Real (% a.a.)



* IPCA acumulado nos próximos doze meses (Mediana).

Fonte: BCB; elaboração FIESP.